

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

THAÍS LIMA TRINDADE

**A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO AGENTE TRANSFORMADOR DA
SOCIEDADE: UMA PERSPECTIVA ECOSISTÊMICA**

MANAUS
2019

THAÍS LIMA TRINDADE

**A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO AGENTE TRANSFORMADOR DA
SOCIEDADE: UMA PERSPECTIVA ECOSISTÊMICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Orientadora: Dra. Guilhermina de Melo Terra.

MANAUS
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

T833b Trindade, Thaís Lima.

A biblioteca escolar como agente transformador da sociedade: uma perspectiva ecossistêmica / Thaís Lima Trindade. _ Manaus, 2019.
102 f.: il., color.; 31 cm.

Orientadora: Dra. Guilhermina de Melo Terra.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Amazonas.

1. Biblioteca escolar - atuação. 2. Ecossistemas Comunicacionais. 3. Pensamento sistêmico - Educação. I. Terra, Guilhermina de Melo. II. Universidade Federal do Amazonas. III. Título.

CDD – 027.8

CDU – 027.8

Bibliotecária Responsável: Thaís Lima Trindade – CRB11/ 687

FOLHA DE APROVAÇÃO

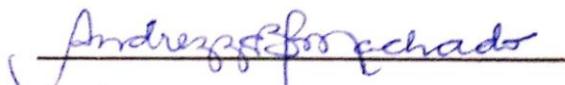
BIBLIOTECA ESCOLAR COMO AGENTE TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE: UMA PERSPECTIVA ECOSSISTÊMICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

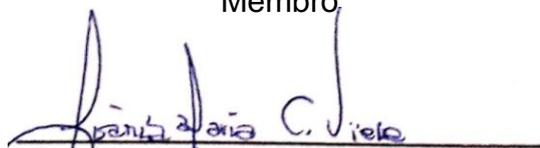
Orientadora: Dra. Guilhermina de Melo Terra.

Banca Examinadora

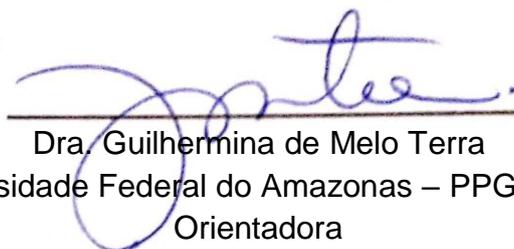
Aprovado em: 20/12/2019



Dra. Andrezza Belota Lopes Machado
Universidade do Estado do Amazonas
Membro



Dra. Ivania Maria Carneiro Viana
Universidade Federal do Amazonas – PPGCCOM
Membro



Dra. Guilhermina de Melo Terra
Universidade Federal do Amazonas – PPGCCOM
Orientadora

DEDICATÓRIA

Dedico este a minha amada
avó Raimunda Santana (*in memoriam*),
meu maior exemplo de força e amor.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente e sobretudo a Deus.

A minha orientadora Professora PhD. Guilhermina de Melo Terra, por todas as orientações, em especial pela atenção, empatia, cuidado e paciência, comigo e com meu trabalho. Agradeço ainda os ensinamentos que vão além do ambiente acadêmico.

Às professoras Dra. Andrezza Belota e Dra. Ivania Vieira, por participarem da banca examinadora desta dissertação, e por todas as contribuições na avaliação deste trabalho.

A todos os professores que tive ao longo da vida, pois construíram a profissional que sou hoje, obrigada por todas as contribuições.

As minhas amadas: Raimunda (mãe) e Francisca (tia) mulheres da minha vida, agradeço por tudo que fizeram e fazem ainda hoje por mim e meus filhos, sem vocês jamais seria possível chegar até aqui.

Aos meus amados filhos Heitor e Dandara, razão da minha vida.

Aos meus amigos, que me apoiaram, torceram e acreditaram em mim, vocês são maravilhosos.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para esta conquista, família e amigos e colegas, meus mais sinceros agradecimentos.

*[...] bibliotecas ruins constroem coleções,
as boas bibliotecas constroem serviços e as
melhores bibliotecas constroem comunidades.”*

(LANKES, 2016, p.1).

*“Se a educação sozinha, não transforma
a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”*

(FREIRE, 2000, p. 67).

RESUMO

O estudo discute a atuação das bibliotecas escolares dentro e fora da escola e junto à comunidade. Tem por objetivo demonstrar como a aplicabilidade dos ecossistemas comunicacionais, no contexto da biblioteca escolar, poderá contribuir para a construção de um centro de comunicação, informação e aprendizagem, capaz de tornar este espaço informacional cumpridor de seu papel social. A pesquisa está dimensionada nas bibliotecas escolares que atendem aos alunos do 1º ao 9º ano do ensino básico, das redes públicas e privadas de educação no Brasil. Tem como base a teoria sistêmica com foco nos ecossistemas comunicacionais, direcionados ao ambiente da escola e da biblioteca escolar. Pesquisa documental e bibliográfica, de caráter qualitativo, desenvolvida por meio de busca, análise e descrição de referenciais teóricos e demais fontes relacionadas ao tema, tais como livros, artigos científicos, legislações e documentos em meios eletrônicos, entre outros. Apresenta um histórico das bibliotecas escolares no Brasil, além de ações e legislações nacionais voltadas a sua existência e funcionamento nas escolas e na comunidade. O estudo mostrou casos em que, aplicados os conceitos sistêmicos ao ambiente da biblioteca escolar, esta se torna capaz de contribuir efetivamente com seu papel social, como espaço direcionado a desenvolvimento e apoio às atividades de ensino, bem como centro ativo de informação e comunicação na comunidade.

Palavras-chave: Biblioteca escolar - atuação. Teoria Geral dos Sistemas. Pensamento sistêmico - Educação. Ambientes transformadores.

ABSTRACT

The study discusses about the school libraries their performance inside and outside the school, with the community. It aims to demonstrate how the applicability of communicational ecosystems in the context of the school library can contribute to the construction of a communication, information and learning center, capable of making this informational space fulfilling its social role. The research is dimensioned in the one of the school libraries that attend the students from the 1st to the 9th grade of the basic education, of the public and private education networks in Brazil. The research is based on systemic theory focusing on communicational ecosystems, directed to the school environment and the school library. Documentary and bibliographical research, of qualitative character, developed through search, analysis and description of theoretical references and other sources related to the theme, such as books, scientific articles, legislation and documents in electronic media, among others. It presents a history of school libraries in Brazil, as well as national laws and actions aimed at their existence and functioning in schools and in the community. The study showed cases where the systemic concepts applied to the school library environment can effectively contribute to its social role, as a space directed to the development and support of teaching activities, as well as an active center for information and communication in the community.

Keywords: School library - performance. General theory of systems. Systemic thinking - Education. Transforming environments.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura de uma relação ecossistêmica	26
Figura 2 - Consciência coletiva	32
Figura 3 - Ecossistema: comunidade – escola	41
Figura 4 - Competência Informacional.....	76

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Idealizadores do Projeto Entrelinhas durante a premiação em 2017.....	82
Fotografia 2 - Programa Comunidade Escola: Oficina de artesanato.....	83
Fotografia 3 - Prédio modelo Bibliotecas Escolares Escolas do Futuro	85
Fotografia 4 - Mostra de Bibliotecas Escolares da Rede Estadual de Ensino em Itacoatiara	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Educação: produto X processo.....	30
Quadro 2 - Educação bancária X Educação libertadora	31
Quadro 3 - Cronologia: Legislação e ações em prol da Biblioteca Escolar no Brasil.....	61
Quadro 4 - Categorias básicas de leitura	71
Quadro 5 - Ações do Projeto Bibliotecas Escolares Escolas do Futuro	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRL	American Association of School Librarians
AICE	Associação Internacional de Cidades Educadoras
CBBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
EMEB	Escolas Municipais de Educação Básica
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEBE/UFMG	Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNBE	Programa Nacional da Biblioteca Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNL	Política Nacional do Livro
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura
PPS/SC	Partido Popular Socialista/ Santa Catarina
PSDB/SP	Partido da Social Democracia Brasileira/ São Paulo
SIC	Sociedade da Informação e do Conhecimento
SNBE	Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TGS	Teoria Geral dos Sistemas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	SOBRE A TEORIA DOS SISTEMAS	21
2.1	O Pensamento Ecológico e os Ecossistemas Comunicacionais	25
2.2	Educação e a Teoria dos Sistemas	29
2.3	A escola como um sistema aberto	34
2.3.1	Alfabetização ecológica.....	35
2.3.2	Escola e Cidadania	37
2.4	Biblioteca Escolar: um subsistema	38
3	SOBRE A BIBLIOTECA ESCOLAR	43
3.1	Histórico da Educação no Brasil	44
3.2	Panorama da Biblioteca Escolar no Brasil	47
3.3	Legislação e ações em prol da Biblioteca Escolar	53
3.4	Biblioteca Escolar, Bibliotecário e Professor	62
4	A BIBLIOTECA ESCOLAR E A APLICABILIDADE DA TEORIA SISTÊMICA	65
4.1	Incentivo à leitura	68
4.2	Pesquisa e Competência Informacional	73
4.3	Ações Culturais	78
4.4	A Biblioteca Escolar como agente transformador da sociedade: uma realidade possível	80
4.4.1	Planejamento estratégico de ação para a Biblioteca Franklin Cascaes em Florianópolis – SC	80
4.4.2	Entrelinhas: ensinando a comunidade a gostar de ler em Cascavel – CE	81
4.4.3	Programa Comunidade Escola em Curitiba – PR	82
4.4.4	Bibliotecas Escolares Escolas do Futuro em São Carlos – SP	83
4.4.5	Bibliotecas Escolares da Rede Estadual de Educação de Itacoatiara – AM.....	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	91
	GLOSSÁRIO	102

1 INTRODUÇÃO

Este estudo busca dissertar acerca das contribuições que os ecossistemas comunicacionais podem proporcionar à biblioteca escolar e, conseqüentemente, ao ambiente escolar, uma vez que se defende a ideia de que este tipo de biblioteca, para cumprir seu papel social nos dias de hoje, necessita se assumir como um espaço de comunicação e aprendizagem.

Terra (2013) afirma que, para a área da gestão, desde a década de 1990, as instituições arquivísticas, museológicas e biblioteconômicas são classificadas como organizações pertencentes ao *Terceiro Setor* da sociedade. Isto implica afirmar que, devido a sua natureza, a biblioteca escolar, mais do que nunca, necessita representar um ambiente social, cultural e político, trazendo para suas missões o desenvolvimento do meio no qual está integrada e deve ser integrante, pois foi criada por e para ele.

Posto isto, a abordagem desta investigação reside na perspectiva de pensar a biblioteca escolar como espaço aberto e complementar à formação cidadã dos sujeitos que com ela se envolvem, demonstrando não só a importância da biblioteca escolar para a formação de futuros cidadãos. Para isso, tomar-se-á como base a visão ecológica da sociedade, apresentada por Edgar Morin¹ (1984), na qual defende que quanto mais complexo e rico for um sistema, mais aberto ele será. Quanto à complexidade, a *Teoria dos Sistemas* aponta a sociedade baseada na interação e interdependência entre todos os elementos que fazem parte de um único ecossistema que se autorregula e auto organiza. Isto implica frisar que o comportamento de um dos integrantes deste ecossistema influi diretamente nos demais, pois cada parte não só constrói, mas também integra o próprio ecossistema.

Aplicando a ideia dos ecossistemas ao contexto social, a sociedade passa a ser constituída por vários grupos sociais, os quais atuam de forma integrada entre si, acabando por influenciar uns aos outros. Isto implica destacar que a biblioteca escolar passa a ser um grupo social, igualmente importante, pois a escola está dentro deste contexto social, possuindo claramente um papel social.

¹ Escritor, antropólogo, sociólogo e filósofo francês um dos principais pesquisadores dos estudos da complexidade e da natureza humana.

Não se pode conceber a biblioteca escolar como sendo um elemento integrante da escola, com ações voltadas apenas ao cumprimento da missão da escola, enquanto organização, pois os usuários que a frequentam trazem consigo problemas sociais que interferem na sua ação cotidiana, cujo reflexo recai nas atividades a serem desenvolvidas neste espaço informacional, o que demonstra a influência dos demais grupos sociais que estes sujeitos integram dentro do grupo social “escola”.

Outrossim, não pode se voltar apenas para a organização em que os sujeitos desta investigação se encontram envolvidos, no caso a escola, mas também para os outros grupos sociais que contribuem para a formação integral dos discentes que a frequentam. Neste sentido, para o cumprimento de seu papel social, a biblioteca escolar deverá atuar nos moldes das chamadas organizações abertas. Melhor dizendo, deverá apresentar uma atuação integrada não só com o meio interno, mas também com o meio externo, no sentido de assumir uma postura proativa, pois desta forma tornar-se-ão legítimos espaços de transformação social.

Nesta perspectiva, este estudo tem como base a seguinte pergunta de partida: *É possível afirmar que a aplicabilidade dos ecossistemas comunicacionais, no contexto da biblioteca escolar, permitirá que esta se torne verdadeiramente um espaço de comunicação e aprendizagem e, portanto, cumpridora do seu papel social?*

Acredita-se que a inclusão dos ecossistemas comunicacionais à prática da biblioteca escolar possibilita estabelecer uma relação que permita a entrada e saída de informações de ambas as partes, havendo uma maior integração da biblioteca escolar como o meio em que se encontra, permitindo que esta seja capaz de contribuir, de forma efetiva, com a missão de oferecer à escola e à sociedade uma formação educacional, comunicacional, político e social, em prol da transformação da social.

A biblioteca escolar, enquanto agente transformador, possui papel decisivo para a formação de seus usuários, pois se apresenta como um recurso fundamental no processo de ensino aprendizagem na escola, além de ser um espaço e apoio informacional e cultural para a comunidade. Por conta disso, faz-se necessário estudo sobre sua importância e atuação nos dias de hoje, uma vez que este tipo de biblioteca costuma a ser o primeiro contato dos usuários

com uma biblioteca, contribuindo, assim, para cultura do uso dos demais tipos de bibliotecas.

A aplicação dos ecossistemas comunicacionais neste espaço informacional tenderá a beneficiar sua prática, pois poderá assumir-se como uma organização aberta e, conseqüentemente, um espaço capaz de adotar a comunicação bilateral, no sentido de transformar seu público em sujeitos ativos no processo comunicacional, bem como representar um espaço de aprendizagem, baseado no construtivismo, no qual, pela troca de experiências e valores entre os sujeitos deste processo, será possível a verdadeira construção do conhecimento e não apenas a transmissão de informações aos usuários.

A proposta deste estudo é demonstrar ao contexto biblioteconômico, em especial ao ambiente escolar, o quanto a área tem a ganhar com a aplicabilidade dos ecossistemas comunicacionais em seu contexto, haja vista que por meio deles, as bibliotecas escolares poderão cumprir seu papel perante a sociedade, contribuindo também de forma efetiva com o estudo dos ecossistemas comunicacionais, pois trata da aplicabilidade da visão ecológica em outros ambientes organizacionais.

Este estudo tem como objetivo geral demonstrar como a aplicabilidade dos ecossistemas comunicacionais no contexto da biblioteca escolar poderá contribuir para a construção de um centro de comunicação, informação e aprendizagem, capaz de tornar este espaço informacional cumpridor de seu papel social. Quanto aos objetivos específicos, esta investigação busca: Resgatar o papel histórico e social atribuído à biblioteca escolar, de modo a apresentá-la como espaço de comunicação e aprendizagem; Estabelecer um estudo sobre os ecossistemas comunicacionais no ambiente educativo, tendo a Biblioteca Escolar como lugar de reflexão; Apresentar propostas possíveis para que a biblioteca escolar promova ações que integrem a escola e a comunidade em geral.

Quanto à metodologia, o estudo foi desenvolvido a partir da aplicação de procedimentos metodológicos apropriados para alcançar os objetivos propostos, por meio de busca, análise e descrição dos referenciais teóricos e outros materiais relevantes ao tema.

Para Pedron (2001), a metodologia é um trajeto a ser percorrido para alcançar determinado objetivo. Para atingir os objetivos deste e por tratar-se de

um estudo teórico, a pesquisa buscou sistematizar o que se encontrava na literatura referente ao tema escolhido. Demo (2012) aponta que a pesquisa teórica tenta reconstruir teorias, conceitos, ideias, ideologias e polêmicas e tem a capacidade de interferir na realidade, uma vez que este tipo de pesquisa se torna decisiva na fundamentação de inúmeros conceitos, possibilitando sua aplicação em projetos na prática.

A metodologia utilizada no desenvolvimento desta pesquisa voltou-se, diretamente, para as bibliotecas escolares que atendem aos alunos do 1º ao 9º ano do ensino básico, das redes públicas e privadas de educação, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Resoluções do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), as Diretrizes da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) para a Biblioteca Escolar, em parceria com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), além de outros documentos nacionais e internacionais, que regulamentam e apoiam a criação e o funcionamento das bibliotecas escolares não diferenciam os direitos e deveres de ambos os sistemas de ensino para com a sociedade.

O estudo propõe desenvolver uma análise sistematizada do que se encontrava na literatura referente ao tema escolhido, bem como demonstrar como os ecossistemas comunicacionais poderiam ser considerados um valioso instrumento de inovação para a prática biblioteconômica, mais especificamente, junto às bibliotecas escolares. Neste caso, abordaremos, neste trabalho, a questão da aplicabilidade dos ecossistemas comunicacionais no contexto da biblioteca escolar.

Cabe salientar que, em decorrência da natureza da pesquisa, este estudo foi baseado na pesquisa descritiva, pois, segundo Barros e Lehnfel (2007, p. 26), este tipo de pesquisa apresenta-se como estratégia de estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador.

Apesar de não ter a interferência supracitada, o estudo buscou compreender de forma aprofundada a aplicabilidade dos ecossistemas comunicacionais junto à biblioteca escolar, portanto, tomou como base a abordagem qualitativa, pois “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão

de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31).

Isto implica frisar que esta investigação não só apresentará a relevância dos ecossistemas comunicacionais para o contexto biblioteconômico, mas também a compreensão de como tais ecossistemas poderão ser aplicados em prol da melhoria na atuação das bibliotecas escolares, bem como suas relações junto à escola e o ambiente educacional.

Quanto aos meios, este estudo desenvolveu sua investigação, a partir de leituras, junto às fontes primárias e secundárias, por meio das pesquisas documental e bibliográfica, da coleta de material de diversos autores, em fontes relacionadas ao tema, tais como: livros, teses, dissertações, artigos científicos, legislações, documentos em meios eletrônicos, bem como demais fontes de informação que abordem o tema da pesquisa. Em termos conceituais, a pesquisa documental, segundo Fonseca (2002, p. 32) é aquela que:

[...] recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

As fontes primárias oferecem informações diretas, sem mediações a respeito do objeto de estudo, já as fontes secundárias derivam de informações contidas em documentos de fonte primária, conforme aponta Andrade (2010, p. 28) “são constituídas pela literatura originada de determinadas fontes primárias e constituem-se em fontes das pesquisas bibliográficas”, portando fontes secundárias apresentam análises, sínteses, discussões de informações primárias.

A escolha dessas metodologias pretende oferecer uma pesquisa com material rico, variado, atualizado e fundamentado teoricamente sobre o tema, além de contribuir para ampliar o conhecimento acerca da aplicabilidade dos ecossistemas comunicacionais nas bibliotecas escolares, no sentido de atuarem como espaços de comunicação e aprendizagem, cumprindo, assim, o seu papel social na atualidade.

Para demonstrar como o uso dos ecossistemas comunicacionais poderá beneficiar o funcionamento das bibliotecas escolares, esta investigação foi construída em 5 seções, a saber:

Nesta primeira seção foram introduzidas as metodologias, objetivos, justificativas e demais propostas do estudo.

A seção 2 intitulada “**SOBRE A TEORIA DOS SISTEMAS**”, apresenta a Teoria Geral dos Sistemas, conceitos, fundamentos e aplicabilidade. Trata da teoria sistêmica aplicada ao contexto da Educação, ao sistema escolar e à biblioteca escolar.

Na seção 3 “**SOBRE A BIBLIOTECA ESCOLAR**” são abordados alguns aspectos da educação no Brasil, bem como apresenta um panorama da Biblioteca escolar como organização, tratando acerca dos seus aspectos conceituais, históricos e finalidades, em cumprimento de sua função, perante a comunidade a qual se destina, de modo a discorrer acerca do papel histórico e social das bibliotecas escolares na contemporaneidade.

A seção 4, “**A BIBLIOTECA ESCOLAR E A APLICABILIDADE DA TEORIA SISTÊMICA**” aponta meios para que a Biblioteca escolar possa cumprir seu papel social na contemporaneidade, tomando por base a perspectiva ecossistêmica, por acreditar que, por meio dela, este espaço informacional poderá atuar em prol do desenvolvimento do meio em que é parte integrante.

Por fim, na seção 5 são apresentadas as conclusões e considerações arroladas durante o desenvolvimento da investigação.

2 SOBRE A TEORIA DOS SISTEMAS

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) tem origem nas teorias da Administração, estando em constante cinesia com as outras ciências, bem como as transformações que ocorrem a todo instante na civilização humana. Esta teoria afirma que os sistemas são compostos por subsistemas (sistemas menores) e que os sistemas humanos são sistemas abertos, integrados entre si e que compartilham informações e influências, as funções deste sistema variam de acordo com sua estrutura.

O conceito de sistema é antigo, pode ser encontrado em vários autores, de diversas épocas e áreas do conhecimento. Os estudos de René Descartes já dividiam e examinavam um problema por partes, iniciando pela mais simples e indo até as mais complexas. Essa abordagem clássica ou cartesiana, como é conhecida, baseava-se no estudo das questões por partes individuais, a parte selecionada para estudo era afastada e isolada do conjunto em si.

Partindo desse pensamento, cada área do conhecimento selecionou e fracionou minimamente seu objeto de estudo, como por exemplo na Física, que chegou ao átomo como a menor fração de um elemento. Porém essa abordagem tornou-se falha, a partir do momento em que as ciências descobriam novas partes ainda menores, gerando novos questionamentos quanto as relações entre as partes fracionadas. A partir de então, surgiu a necessidade de um novo paradigma, que fizesse o caminho inverso da visão cartesiana, sendo capaz de analisar as partes como um todo, com relacionamentos interligados. A partir dessas questões, surge a *Teoria Geral dos Sistemas*, que teve origem na década de 50 com os estudos de Karl Ludwig Von Bertalanffy².

A Teoria Geral dos Sistemas não foi originalmente desenvolvida enquanto uma teoria administrativa, mas sim como uma teoria biológica, criada por Karl Ludwig Von Bertalanffy, biólogo suíço, em meados da década de 1950, que a direcionou para as relações estabelecidas entre organismos biológicos e aos problemas decorrentes de seus crescimentos. Dessa forma, a Teoria dos Sistemas (também chamada de Teoria Sistêmica) trata sobre as relações entre

² Biólogo austríaco criador da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), crítico da visão cartesiana divulgou estudos baseados na ideia de que os organismos são um todo maior que a soma de suas partes.

o todo e suas partes, quando este conjunto tem um objetivo comum (BERTALANFFY, 2010).

Teoria Geral dos Sistemas, ou apenas Teoria dos Sistemas, é o estudo interdisciplinar de diversos sistemas em geral e suas relações, com o objetivo de descobrir padrões e identificar regras que possam ser aplicadas em diversos campos do conhecimento.

A Teoria foi desenvolvida a partir das formulações Bertalanffy, na qual afirmava ser necessário tratar os problemas que cercam os seres humanos como "típicos de sistemas", considerando seus contornos, seus componentes e as relações entre as partes (MISOCZKY, 2013, p.3). A preocupação inicial dessa teoria se deu pela necessidade de diferenciação entre os sistemas biológicos e os sistemas humanos:

A teoria dos sistemas de Bertalanffy, baseado em seu conhecimento biológico, procurou evidenciar inicialmente as diferenças entre sistemas físicos e biológicos. Ao tentar entender além do funcionamento isolado dos sistemas menores existentes em um ser vivo, como por exemplo, o sistema circulatório, o sistema respiratório e outros, e a importância do inter-relacionamento desses sistemas menores, entre si e com o próprio sistema maior (o sistema ser vivo), Bertalanffy conseguiu na verdade, mais do que diferenciar os sistemas, mas sim entender o funcionamento genérico de qualquer sistema existente no Universo. (ARAUJO; GOVEIA, 2016. p. 7).

Na visão desta teoria, o pensamento sistêmico desenvolve um papel dominante em diversos campos do conhecimento, que podem ser aplicáveis em todas as ciências conhecidas pelo homem. A teoria tem como finalidade estudar pontos em comum e de interesse entre diferentes campos do conhecimento, a fim de descobrir seus princípios conflitos e, com isso, gerar novos conhecimentos.

As transformações ocorridas ao longo dos anos não afetaram somente o modo de produção, mas uma série de fenômenos interligados que culminaram em um processo de desenvolvimento multidisciplinar em todas as áreas do conhecimento humano. Quanto a essas transformações, Bertalanffy (2010, p.22) aponta que:

A tecnologia foi levada a pensar não em termos de máquinas isoladas, mas em termos de sistemas. Uma máquina a vapor, um automóvel ou um receptor de rádio achavam-se dentro da competência do engenheiro treinado na respectiva especialidade. Mas quando se chega aos mísseis balísticos ou aos veículos espaciais, estes engenhos tem que ser constituído pela reunião de componentes

originados em tecnologia heterogêneas, mecânicas, eletrônicas, químicas etc.

Neste contexto, Ribeiro (2006) afirma que o sistema seria a associação formal de dois ou mais elementos, para um determinado fim, e que a Teoria Sistêmica desempenha papel decisivo nas ciências de nosso tempo, pois permite a integração de conhecimentos das ciências físicas, biológicas e humanas. Uma vez que essa teoria considera como um sistema qualquer organismo formado por partes interligadas, essa teoria se torna aplicável a inúmeras áreas do conhecimento. A partir da Teoria dos Sistemas foram desenvolvidas outras teorias tais como as *teorias da informação* que estudam matematicamente a comunicação da informação; *a cibernética* que estuda o controle e a comunicação entre os mecanismos, indivíduos e sociedades; e a *ecologia* que estuda das relações recíprocas entre o homem e seu meio ambiente biológico, moral, social, econômico.

Quanto à tipologia dos sistemas, podem se dar por sua constituição ou sua natureza. Por constituição, estes podem ser definidos em *concretos* ou *abstratos*, nos quais os sistemas concretos são exemplificados como objetos, equipamentos, organizações etc., enquanto os sistemas *abstratos* são representados por ideias e conceitos, como teorias, áreas do conhecimento, pesquisas etc. Em relação a sua natureza, os sistemas podem ser *abertos*, quando estes são suscetíveis às influências de seu ambiente; *fechados*, quando não existe nenhum tipo de interação com o ambiente.

Segundo Chiavenato (2011 p. 444), os sistemas são estruturas que abrangem vários campos do conhecimento humano, nos quais existem sistemas menores, os chamados *subsistemas* criados ou não pelo homem, operando das mais diversas formas dentro da biosfera. Todos os sistemas são constituídos de subsistemas (que podem ser divididos em microssistemas), da mesma forma este sistema é parte integrante de um todo maior, denominado *suprassistema*.

Em um sistema fechado, não há troca de energia com o ambiente. Os sistemas fechados são mecânicos e não apresentam (ou apresentam de forma mínima) troca de energia com o meio ambiente, como por exemplo, as máquinas, motores e grande parte das tecnologias criadas pelo homem.

Para Bertalanffy (2010, p.189), o organismo não é um sistema estático, fechado ao mundo exterior e contendo sempre componentes idênticos; mas sim

um sistema aberto (quase) estacionário, no qual matérias ingressam continuamente, vindas do meio ambiente exterior, e neste são deixadas matérias provenientes do organismo. Portanto, os sistemas abertos apresentam entradas e saídas de matéria no meio ambiente, cujo conjunto de entradas e saídas são denominados de interfaces e são controláveis apenas no sistema aberto. (RIBEIRO, 2006, p.112).

Na visão de Costa, Freitas e Andriotti (2007), é necessário conhecer e estar atento aos sinais do ambiente, compreendê-los e difundi-los aos envolvidos, tornando-se, portanto, um ponto que precisa ser buscado pelas organizações que desejam prosperar.

Sistema aberto são aqueles que interagem com o ambiente e são facilmente adaptáveis às repentinas e sucessivas mudanças que se apresentem. Há um grande intercâmbio entre o sistema e o ambiente, são de fácil adaptação por estarem muito mais sujeitos a interferências do ambiente, o que gera um processo contínuo de aprendizagem e auto-organização. (RIBEIRO, 2006, p.113).

Um sistema aberto é aquele que se comunica com seu ambiente. Sistemas humanos, conseqüentemente, são sistemas abertos. Tais sistemas, por comunicar-se com o ambiente, estão vulneráveis às condições deste. Os sistemas abertos estão em constante interação com o ambiente e com este trocam recursos, estabelecendo-se uma relação de interdependência.

De acordo com Chiavenato (2011, p. 447), a Teoria dos Sistemas apresenta os seguintes parâmetros para o funcionamento de um sistema aberto que seriam: os *inputs*: entradas ou insumos de energia, o *throughput*: conversão das entradas em saídas, etapa de transformação dos recursos em produtos; os *outputs*: saídas ou resultados (produtos e serviços); o *feedback*: a retroação ou alimentação de retorno; o *ambiente* ou *subsistemas*: meio em que se desenvolvem as atividades interdependentes, inter-relacionadas e interagentes.

A partir da análise desses parâmetros, a compreensão de um sistema exige que sejam feitas todas as conexões entre seus elementos, relacionando assim o todo em sua complexidade. Todos os sistemas devem ser vistos e analisados como um organismo que comunica e troca informações, sendo esse fluxo de informações, elemento essencial para existência e sobrevivência desse sistema.

Neste contexto, para Luhmann (1998, p. 50), a função do sistema consistiria na diminuição da complexidade do ambiente, de modo a propiciar a delimitação de seus sentidos e estruturas, sem, com isso, negar a existência do ambiente, cuja complexidade é sempre maior que a interna do sistema.

A composição de um sistema se dá a partir da inter-relação de suas partes, de modo que ocorrendo uma mudança em uma das partes, ocasionará alterações em uma de suas outras partes, ou até mesmo na totalidade do sistema. Portanto, embora cada parte de um sistema (subsistema) possa ser visto como individual, essas partes compõem um sistema maior. Por isso, entender o funcionamento de um sistema requer fazer as devidas relações entre seus fenômenos e sua essência.

2.1 O Pensamento Ecosistêmico e os Ecosistemas Comunicacionais

A partir da teoria sistêmica surge a teoria do pensamento ecosistêmico, que vem ganhando espaço em diversas áreas do conhecimento, suas bases apresentam um novo olhar ao conceito de ecossistema, até então visto de forma generalista apenas pelo enfoque da ecologia (aspectos exclusivamente físicos e biológicos). Porém, o conceito de ecossistemas vai muito além da natureza ecológica, se estende a forma de pensar e agir que envolve todos os processos biológicos, sociais e culturais do homem.

O pensamento ecosistêmico tem como base conceito de *ecossistema integrado*, dando ênfase à relação da sociedade humana e seus ambientes, passando a considerar a importância dos valores inerentes aos ecossistemas humanos e sociais, pensando na importância de um comportamento harmônico e responsável pela preservação e garantia das gerações futuras. Essa concepção dos fenômenos (físico, culturais, biológicos, psicológico, econômicos, etc.) estarem interligados remete a ótica da teoria sistêmica, na qual Capra³ (1982, p. 260) aponta que:

Todo e qualquer organismo – desde a menor bactéria até os seres humanos, passando pela enorme variedade de plantas e animais- é uma totalidade integrada e, portanto, um sistema vivo. Mas os sistemas não estão limitados aos organismos individuais e suas partes. Os

³ Escritor austríaco, físico teórico mundialmente conhecido desenvolve trabalho voltado as teorias da educação ecológica e do pensamento sistêmico.

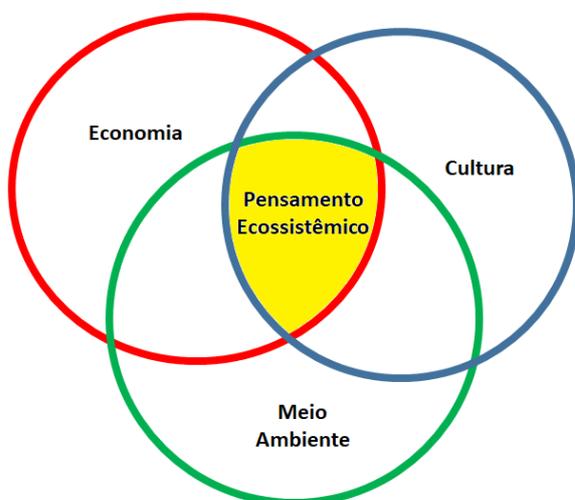
mesmos aspectos de totalidade são exibidos por sistemas sociais, e por ecossistemas que consistem numa variedade organismos e matéria inanimada em interação mutua.

A importância da teoria sistêmica para a compreensão do termo ecossistema é evidenciada por Edgar Morin (1984) que apresenta seu ponto de vista apontando para complexidade dos ecossistemas e o quão limitado é o conceito de ecossistema aplicado pela ecologia (interação entre componentes bióticos e abióticos). Em sua fala, ressalta o homem como o sistema mais evoluído de todos, um sistema complexo, rico e conseqüentemente aberto.

Para Morin (1984, p. 250), o pensar ecossistêmico difere de um mineral que não realiza nenhum tipo de troca com o ambiente exterior, o homem é um sistema aberto, uma vez que se alimenta do ambiente exterior. Todo sistema aberto é auto-organizado e independente, constrói-se multiplicando suas ligações com o ecossistema. Morin (1984, p. 98) propõe ainda a ideia de um ecossistema social que chama de ecossistema sócio-urbano, este seria a sociedade moderna vista a partir de um olhar ecológico (indivíduos, grupos, instituições etc.).

As relações deste ecossistema sócio-urbano compreendem, além dos seres vivos, elementos como clima, subsolo, micro-organismos vegetais e animais, todos interagindo de forma vital, o que confirmam sua dependência e complexidade sistêmica⁴.

Figura 1 – Estrutura de uma relação ecossistêmica.



Fonte: Adaptado de MORIN, 1984.

⁴ Conforme representado na figura 1 essa relação deve estar centrada no equilíbrio integrado: cultura, meio ambiente e economia.

Partindo da consciência do pensamento ecossistêmico no qual o homem é parte da natureza e a importância da compreensão de suas relações com o meio, percebe-se a necessidade de um equilíbrio fundamental para continuidade e integridade dos ecossistemas.

Ao pensarmos em ecossistemas, inevitavelmente pensamos em comunicação, uma vez que o termo se refere a inter-relações de vários sistemas que se comunicam entre si em um mesmo ambiente. Sendo o ato de comunicar responsável pela troca de informações, ideias e sentimentos, o processo de comunicação integra, essencialmente, a capacidade do homem como ser social.

Integrando as teorias do pensamento sistêmico aos processos de comunicação e às relações sociais surge o estudo dos *ecossistemas comunicacionais*, que se propõem a estudar cientificamente os processos comunicacionais dos ecossistemas.

Essa proposta de estudo objetiva, por meio da comunicação, compreender e analisar os fenômenos que integram as relações ecossistêmicas na união das partes para um todo. Pereira (2012) esclarece, a respeito do ponto de vista comunicacional, que fundamentou a criação de um programa de comunicação com a visão ecossistêmica:

[...] em nossa visão a comunicação não é entendida como uma mera transmissão de mensagens. Isto é, como uma ação unilateral por meio da qual um emissor codifica e transmite informações a um receptor que a decodifica, agindo como um receptáculo de informações. Em nossa concepção, as práticas comunicativas envolvem processo de cognição, interpretação e inteligência, sendo estes comprometidos a partir da mediação dos signos nos quais os sistemas participantes do ato comunicativo estão imersos e por meio dos quais estabelecem relações que os colocam em plana continuidade semiótica.

Os *ecossistemas comunicacionais* trazem o estudo semiótico como conceito fundamental aplicado ao pensamento ecossistêmico, voltados à relação e à interdependência entre os sistemas que se comunicam entre si, bem como à relação dos fenômenos comunicativos que ocorrem em seu ambiente.

Os ecossistemas comunicacionais têm como base a *ecologia profunda* discutida por Capra (1996) e o *pensamento complexo* de Morin (2015). O termo “*ecologia profunda*” surge em 1972, em um artigo publicado pelo ambientalista Arne Naess (1912-2009). O conceito considera que todos os elementos vivos da natureza devem ser respeitados, assim como deve ser garantido o equilíbrio da biosfera.

Nesta perspectiva, Capra (1996) aponta a *ecologia rasa* como sendo antropocêntrica e centralizada no ser humano, nela o homem está situado acima da natureza como a origem de todos os valores e conhecimentos, atribuindo apenas um instrumental ao uso da natureza conforme seus interesses. Inversamente, a *ecologia profunda* não separa nenhum ser do meio ambiente natural, nem mesmo o homem, pois o mundo é visto como uma rede de elementos interconectados, porém interdependentes. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e interdependentes.

Quanto ao *pensamento complexo*, defendido por Morin (2015), não se opõe ao pensamento simplista e reducionista, mas deve integrar-se a ele, cabendo ao pensamento complexo considerar todas as influências, sejam elas internas ou externas.

[...] a complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico (MORIN, 2015, p. 13).

As relações existentes entre os ecossistemas percorrem caminhos empíricos e científicos, seus estudos envolvem as mais diversas redes e processos comunicacionais, deixando claro seu caráter interdisciplinar e transdisciplinar. As grandes crises sociais da humanidade estão diretamente ligadas à forma como o homem se relaciona e se comunica com seu meio ambiente e com a natureza, mas estas ações são fruto de uma visão de mundo reducionista e inadequada.

O pensamento ecossistêmico aplicado à educação permite uma nova postura na forma de ensinar, voltada a reintegrar o indivíduo e seu meio ambiente, direcionando o estudo e a compreensão dos ecossistemas e seus processos de comunicação em busca de uma sustentabilidade que, verdadeiramente, leve em conta a importância de todas as partes que compõem o todo. O pensamento ecossistêmico leva a uma profunda reflexão a respeito das atitudes e certezas internalizadas, promovendo mudanças na forma de ver o mundo e educando para a vida.

2.2 Educação e a Teoria dos Sistemas

A educação, entendida em um conceito mais amplo, como um fenômeno, existe em todas as culturas e sociedades, desde o início da história da humanidade. Possui objetivos e direções que variam de acordo com as origens culturais e interesses de cada grupo social. Ao longo da história da evolução do homem, a Educação atingiu vários níveis e modelos de compreensão e entendimento voltados ao estudo do processo educativo, bem como sua influência direta na vida do homem e da sociedade.

O conceito de Educação pode ser analisado sob duas perspectivas: Educação como produto e a Educação como processo. Na primeira perspectiva, a Educação é tida como produto, na qual seu objeto resulta de uma ação, ou seja, aquilo que se transmite a alguém. Este conceito trata diretamente de métodos e técnicas que resultam em uma melhor aprendizagem de conteúdos, limitado à transmissão de conhecimentos e noções de comportamentos sociais. Sob essa premissa, Batista (2011, p. 10) aponta que:

Nesse sentido, metaforicamente, a escola 'assume' a política neoliberal, tornando-se uma 'indústria' que possui, como linha de produção, os níveis e modalidades de ensino; como trabalhadores assalariados e 'alienados', os professores, e, como matéria-prima para o produto final destinado ao mercado capitalista, o aluno.

A integração do homem com a sociedade exige uma constante adaptação dos conhecimentos adquiridos no decorrer da vida, que vão muito além das salas de aula, conceitos e fórmulas prontas. Essa perspectiva atual nos leva ao conceito de Educação como processo, que passa a ser entendida como uma sucessão de fatos e acontecimentos organizados sequencialmente. Passando a ser entendida pela complexidade do ser humano e suas relações, como indivíduos processadores e produtores de informação.

A educação é um processo que envolve valores, transmissão e construção de relações sociais e, por isso precisa estar voltada para as transformações culturais da sociedade. Acreditamos que para que as práticas educacionais, na escola, possam estar voltadas à altura do nosso tempo e serem de fato inclusivas precisam ser efetivamente emancipatórias, que suscitem processos de conscientização, compreensão crítica e participação, sendo uma instituição realmente inclusiva. (JESUS *et al.* 2015, p. 284).

Considerando esses princípios, podemos concluir que não são dois tipos de Educação, tanto processo quanto produto, são fundamentais e coexistem entre si, um depende do outro, ambos são importantes, conforme ilustrado no quadro 1.

Quadro 1 – Educação: produto X processo.

EDUCAÇÃO	
PRODUTO	PROCESSO
Memorizar e aplicar fórmulas, cálculos, datas e conceitos.	Entender, aprender e deduzir fórmulas, cálculos, assimilar datas e contextos.
Representação de objetos.	Construção de conteúdo carregado de sentido.

Fonte: Adaptado de FREIRE, 2005.

A Educação produto e processo foi foco de estudos trabalhados por Paulo Freire⁵ (2005), já que para o autor, este tipo de educação concebia o homem como um “ser vazio”, dependendo de “depósitos” de informações que eram “lançados” verticalmente nele, como se fosse incapaz de construir a sua própria visão de mundo. Passava, assim, a ser um arquivo de saberes acríticos, assumindo uma postura passiva e conformista perante o meio em que se inseria. Por esta razão, o docente passaria a ser o único transmissor do conhecimento.

Freire (2005) define como *educação bancária* a postura passiva do papel de professores e alunos, em um modelo que os alunos são tidos como meros “depósitos de conteúdos”, apenas repetem as informações depositadas pelos professores. O resultado desse processo seria um indivíduo incapaz de uma postura crítica, política e social, limitado a reproduzir conteúdos e comportamentos.

Na *educação libertadora*, proposta por Paulo Freire (2005), a base é o princípio dialógico, no qual a comunicação parte do diálogo, em que falar e escutar tornam-se uma via de mão dupla. Nesse modelo educacional, professores e alunos constroem juntos o conhecimento, ambos estão em busca e dispostos a ensinar e aprender de forma simultânea e contínua.

⁵ Educador e filósofo brasileiro, considerado dos pensadores que mais se destacam na história da pedagogia mundial, considerado como patrono da educação brasileira.

Por meio da *educação libertadora*, o discente participa de forma ativa e efetiva, buscando respostas as suas indagações por meio das experiências vividas. Neste sentido, o docente e a escola devem oferecer e estimular a construção do conhecimento, desenvolvendo atividades que propiciem o processo de ensino-aprendizagem, e que estejam de acordo com as necessidades dos alunos.

Os princípios teóricos educacionais que defendem a *educação bancária* não são mais viáveis, pois o contexto atual privilegia o social, a partir do processo dialógico entre os sujeitos do processo ensino-aprendizagem. Professores e alunos possuem a mesma responsabilidade para a construção do conhecimento, a partir da troca de experiências e valores. Comparando as bases conceituais de ambas as propostas, temos o seguinte quadro:

Quadro 2 – Educação bancária X Educação libertadora.

Educação Bancária	Educação Libertadora
Contradição Educador-Educando	Superação da Contradição Educador-Educando
Serve à dominação	Serve à libertação
Anti-dialógica	Dialógica
Inibe a criatividade Passiva	Estimula e reflexão Ativa
Domesticadora	Crítica (dá autonomia)
Conservadora	Revolucionária

Fonte: Sabedoria Política, 2014.

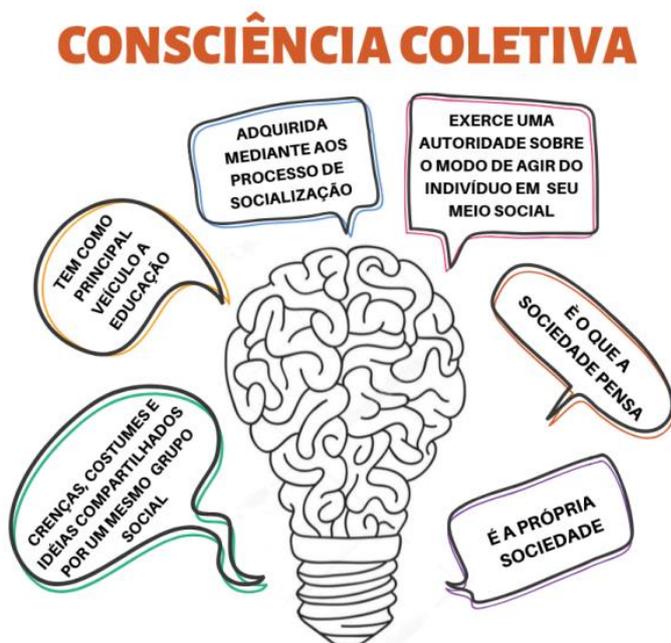
Deste ponto de vista, a educação ultrapassa o âmbito da escola, do espaço físico em si, direcionando-se a práticas educativas de caráter informal, podendo ser observadas em diversas situações da vida em sociedade. Esta percepção permite que o educando transforme comportamentos individuais em comportamentos sociais, passando assim a entender a Educação como um ato cultural.

Cada grupo social possui ritos e costumes praticados por seus indivíduos, com o intuito de garantir o equilíbrio da convivência entre eles. Para que isto aconteça, faz-se necessário que esses indivíduos adquiram uma consciência

coletiva. Para o sociólogo francês, Émile Durkheim⁶ (2010), a educação é tida como processo para socializar os indivíduos de acordo com o contexto em que vivem, tornando-os socialmente aptos a cooperar, respeitar e construir uma sociedade justa e equilibrada.

Neste sentido, a educação tem o importante papel de transformar indivíduos em cidadãos, uma vez que o conceito de *consciência coletiva*, criado por Durkheim, representa o conjunto de características e conhecimentos (crenças e sentimentos) compartilhados por um determinado grupo social, ou maior parte desse grupo, na qual essa consciência coletiva levaria tais indivíduos a pesarem e agirem de forma análoga. Tal consciência se adquire por meio dos processos de socialização, tais como o convívio escolar. Segundo Durkheim, essa consciência coletiva é que possibilita o convívio dos indivíduos em sociedade. A respeito dos princípios que norteiam a consciência coletiva apontam-se as definições ilustradas na figura 2.

Figura 2 – Consciência coletiva.



Fonte: adaptado de DURKHEIN, 2010.

Segundo a linha de raciocínio, da escola como espaço de socialização de indivíduos, tem-se o sistema educativo como conjunto organizado de elementos

⁶ Sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês reconhecido com arquiteto da ciência social moderna.

e situações que interagem entre si, resultando em experiências que contribuem de forma relevante e expressiva para a formação para a vida, para a coletividade. Desta forma, a abordagem sistêmica na educação pode ser assentada como um direcionamento de caráter teórico e prático, voltado aos processos de interação e comunicação entre os elementos que compõem o sistema educacional.

Ao relacionarmos a Educação e a Teoria dos Sistemas, podemos apontar alguns fenômenos que contextualizam essa relação. A princípio, temos o processo educativo baseado no entendimento da diferenciação e interação entre os componentes deste processo, esta troca de informações produz o que chamamos de Educação. Sistemas educativos são sistemas racionais, portanto, geradores de mudança, através dos quais educando e educadores devem ser capazes de compartilhar e relacionar suas experiências.

Os processos educativos, analisados a partir da teoria sistêmica, exigem, para seu funcionamento, a aplicação de uma energia, neste caso seriam os estímulos educativos, que têm fundamental importância como propulsores do funcionamento dos sistemas educativos e, por serem sistemas abertos, estão constituídos a partir de entradas e saídas desta energia, estabelecendo conexões e efeitos em todos os pontos do sistema, tornando-os sistemas que se autorregulam.

Como visto anteriormente, no processo dialógico de Paulo Freire, os estímulos educativos que propulsionam os processos educativos se dão a partir do princípio dialógico, em que os conhecimentos vivenciados fora dos muros da escola são levados para as salas de aula, para um compartilhamento de experiências entre professores e alunos, bem como ocorre também o inverso: alunos e professores levam para fora das salas de aula os conhecimentos ali gerados e compartilhados.

Essa troca de informações e comunicações gera uma contínua inter-relação entre a escola e os demais grupos sociais que compõem o todo do sistema da macrocomunidade. Assim sendo, enxergar e vivenciar a escola e seus processos educativos como um sistema aberto passa a ser peça-chave na assertiva em alcançar os objetivos da escola como centro de formação e transformação social.

2.3 A escola como um sistema aberto

A escola, por sua constituição natural, torna-se um sistema aberto, voltado para aprendizagem e formado por uma série de elementos que estão em constante interação, trocando influências e relações entre si. Ao exercer sua função educativa, a escola interfere diretamente na realidade do contexto da comunidade da qual faz parte. De forma consciente ou não, suas ações produzem mudanças nos elementos que compõem aquela comunidade.

Se, todavia, concebemos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve voltar-se – como real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não suponha a comunidade como sua parte integrante (PARO, 2017, p. 15).

A educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa. E a escola de qualquer tipo é apenas um lugar e um momento provisórios onde isto pode acontecer. Portanto, é a comunidade quem responde pelo trabalho de fazer com que tudo o que pode ser vivido-e-aprendido da cultura seja ensinado com a vida — e também com a aula — ao educando. (BRANDÃO, 2007, p. 47).

A atuação da comunidade de forma sistêmica e participativa no ambiente escolar caracteriza a escola como um centro de aprendizagem em rede, no qual o educando tem a dimensão da importância de integrar-se ao seu ambiente de entorno e à sociedade.

A busca em envolver o ambiente escolar com a comunidade torna-se fator indispensável no processo de desenvolvimento da educação de forma democrática, para o cumprimento do papel social, político e cultural da escola. Para que isso ocorra, a escola deve apresentar-se como um espaço comunitário, realizando atividades culturais e serviços de utilidade pública e política que oportunizem e sejam atraentes à participação da comunidade.

Os novos cenários que devem confrontar a educação escolar vão mais além que o desafio de promover uma escola flexível, democrática, conectada ao ambiente social comunitário. A escola deve garantir uma aprendizagem na comunidade e para a comunidade, como acionar não somente o currículo escolar, mas também com as atividades extracurriculares, dando sentido e coesão a todas as atividades, desde um clima institucional harmonioso, tornando propícios novos espaços de comunicação e intercâmbio. (RIBEIRO FILHO; CAÇULA, 2016).

Alunos, professores, gestores e todo o corpo escolar devem enxergar a comunidade como parte integrante significativa na construção do processo de ensino-aprendizagem.

A escola deve oportunizar condições para a construção de conhecimentos, atitudes e valores, que contribuam na formação de cidadãos críticos, éticos e participativos nos contextos que integram. Oferecer educação e informação para toda vida também é tarefa das escolas, estando inseridas no contexto de sua comunidade e suas relações interpessoais.

O conceito de educação para vida direciona o ambiente escolar a buscar desenvolver atitudes e pensamentos voltados para a coletividade e sustentabilidade, busca direcionar alunos e todo o corpo escolar para uma visão sistêmica da educação voltada para a sustentabilidade, a chamada alfabetização ecológica apresentada a seguir.

2.3.1 Alfabetização ecológica

O conceito de "alfabetização ecológica", inspirado nas teorias de Frijot Capra *et al.* (2006), traz os ecossistemas e suas relações como responsáveis em sustentar a rede da vida, gerando, assim, comunidades humanas, formadas por cidadãos capazes de garantir a sustentabilidade do planeta para gerações futuras. Este conceito vai muito além de uma disciplina escolar como a educação ambiental, pois o mesmo aluno que possui um boletim com notas brilhantes pode não ser um indivíduo com consciência cidadã de seus direitos e deveres, sendo incapaz de perceber seu papel na construção da sociedade.

De acordo com Marshall (1967), o conceito de cidadania se divide em três etapas:

- a) **cidadania civil** - que englobaria os direitos necessários a (sic) liberdade individual - ir e vir, imprensa, pensamento e fé, propriedade e conclusão de contratos válidos, justiça igual, etc.;
- b) **cidadania política** - que englobaria o direito de participar no exercício do poder político;
- c) **cidadania social** - que englobaria tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. (MARSHALL, 1967, p. 63-66).

A escola deve envolver as três etapas da cidadania, destacando, em especial, a cidadania social, por se entender que o aluno deve ser capaz de

enxergar sua importância como agente transformador no processo de sobrevivência da humanidade, entendendo e aplicando princípios básicos como interdependência, flexibilidade, diversidade, autorregulação. Esta alfabetização ecológica, também chamada de eco alfabetização, de acordo com o *Pensamento Sistêmico* de Capra é um processo de aprendizagem tido como fundamentalmente social e conseqüentemente transformacional. Escola e comunidade são entendidas como um todo que deve praticar o equilíbrio dinâmico de suas ações.

Segundo Capra precisamos de um currículo escolar que ensine as nossas crianças esses fatos fundamentais da vida. Por estar fundada no pensamento sistêmico a alfabetização ecológica é muito mais do que educação ambiental, ela oferece arcabouço para abordagem sistêmica escolar. O novo entendimento do processo de aprendizagem também envolve o entendimento de que toda aprendizagem é fundamentalmente social. (DACACHE, 2004).

A alfabetização ecológica, assim como o Pensamento Sistêmico, deve ser um compromisso do ambiente educacional para com seus alunos desde as escolas de séries iniciais até os mais altos níveis educacionais, como as universidades, pois nestes espaços serão formados futuros políticos e líderes profissionais de todas as áreas. Quanto às escolas, em especial, Capra defende que a consciência de que a educação ecológica é um dos pilares para a construção de uma nova relação da sociedade com o meio ambiente e que, ao considerar aspectos físicos, químicos e biológicos e suas inter-relações, a educação ensina aos indivíduos que estes são parte integrante do mundo natural (CAPRA *et al.*, 2006).

A escola hoje tem como desafio educar para o pensar, e pensar de que forma é possível alcançar o equilíbrio entre as três ecologias: ambiental, social e pessoal, a chamada *Ecosofia*. Conceito criado pelo filósofo francês Félix Guattari, a *Ecosofia* anuncia as formas como os indivíduos interagem entre si e com o meio ambiente, a partir do conhecimento de práticas ambientais sustentáveis no processo de inclusão destes indivíduos no meio ambiente para a preservação e conscientização ambiental.

Segundo a Ecosofia, a natureza não pode ser dissociada da cultura e o ser humano precisa ser educado a desenvolver um pensamento transversal, capaz de compreender e, de fato, interiorizar, em sua essência cognitiva e

psíquica, a necessidade e importância de participar de ações que contribuam para a evolução social, cultural e científica da humanidade.

De acordo com Guattari (2011), a *Ecosofia* consiste em compreender as problemáticas ambientais, tendo por base três ecologias: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade (mental), sendo definidas como:

Ecologia do meio ambiente - onde tudo é possível de acontecer, quanto às evoluções flexíveis e quanto às piores catástrofes ambientais; 'cada vez mais, os desequilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas', principalmente quanto à regulação das relações entre o oxigênio, o ozônio e o gás carbônico;

Ecologia social - deve trabalhar as relações humanas, reconstruindo-as em todos os níveis do socius;

Ecologia subjetiva ou mental - será levada a reinventar a relação do sujeito como o corpo, a psique (inconsciência) e o consciente (GUATTARI, 2011, p. 52).

As três ecologias de Guattari (2011) tem o mesmo foco: a formação de um novo ser humano, além de preparar a humanidade para a prática de um novo sistema de valorização do meio ambiente, renovando as antigas concepções do ser humano quanto à existência da natureza como uma fonte infinita e inesgotável de recursos.

A Ecosofia propõe a fragmentação da ideia de educação como um emaranhado de conhecimentos científicos apenas, mas que sejam inseridas neste contexto questões ecológicas, ambientais e sociais. Com base nesta perspectiva, o ambiente escolar deve buscar novos caminhos e espaços que possam ir além das salas de aula, que sejam capazes de proporcionar aprendizagem de vida e induzam a reflexão do que realmente é importante e necessário para a existência harmônica do homem e da natureza.

A ideia de construir um pensamento do homem voltado ao seu meio ambiente e à natureza vai de encontro à formação do senso de cidadania nos indivíduos. Nesse processo, a escola tem papel fundamental, conforme a seguir.

2.3.2 Escola e cidadania

Educar é preparar o ser humano para o convívio social e a formação familiar se torna a base do processo educacional, pois é no seio da família que se recebem os primeiros princípios de humanização e cidadania, inicializando o trabalho futuro a ser desenvolvido na escola. A escola, por sua vez, deve, além

de repassar o conhecimento científico, também preparar seus educandos para o exercício da cidadania. Guarinello (2013, p.46) apresenta uma reflexão sobre o que é ser cidadão e enfatiza que:

Todo cidadão é membro de uma comunidade, como quer que esta se organize, e esse pertencimento, que é fonte de 20912 obrigações, permite-lhe também reivindicar direitos, buscar alterar as relações no interior da comunidade, tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica, redistribuir os bens comunitários. A essência da cidadania se pudéssemos defini-la, residiria precisamente nesse caráter público, impessoal, nesse meio neutro no qual se confrontam, nos limites de uma comunidade, situações sociais, aspirações, desejos e interesses conflitantes. Há, certamente, na história, comunidades sem cidadania, mas só há cidadania efetiva no seio de uma comunidade concreta, que pode ser definida de diferentes maneiras, mas que é sempre um espaço privilegiado para a ação coletiva e para a construção de projetos para o futuro.

Assim sendo, cidadania pode ser compreendida como o ato de ter acesso aos recursos materiais e culturais de uma sociedade, exercendo de forma plena os direitos e deveres previstos pelo Estado. A educação cidadã busca formar indivíduos como agentes de transformação. Para isso, faz-se necessário que estes sejam capazes de realizar reflexões que possibilitem compreender as raízes históricas de seu povo. O ambiente escolar deve também oferecer uma formação política e social que proporcione novas possibilidades de discussão e busque mudanças para as questões de desigualdade social.

O indivíduo não deve ser somente um membro participativo de sociedade, mas também ser um sujeito autônomo, capaz de comunicar-se e posicionar-se a favor de seus interesses e dos da coletividade. Além de seus direitos naturais, deve possuir consciência, valores e pensamentos libertadores. A escola cidadã por sua vez, deve garantir um espaço laico e imparcial quantos às questões religiosas e filosóficas, a fim de garantir a igualdade e a privacidade de cada cidadão que compõe o sistema escolar, procurando, assim, garantir um espaço democrático e de aprendizagem das competências cidadãs.

2.4 Biblioteca Escolar: um subsistema

Dentro do contexto da Teoria dos Sistemas de Bertalanffy aplicada à Educação, temos a escola e o sistema educacional integrados a uma visão sistêmica de inter-relação entre todas as ciências, formando uma estrutura organizacional aberta, composta pelo corpo escolar e pela sociedade.

Esta contextualização busca ensinar o aluno, a partir de uma visão ampla, criando relações e interações entre a escola, a família e a comunidade. Esta mudança na forma de pensar a educação utiliza-se de meios para levar à reflexão aprofundada, buscando soluções para situações vivenciadas nas salas de aula e também na rotina do dia a dia, em meio ao convívio social.

Na busca em desenvolver competências e habilidades para que os alunos sejam capazes de transformar, de forma construtiva o meio em que integram, as escolas buscam recursos que possam auxiliar este processo de construção do conhecimento, e a Biblioteca Escolar apresenta-se como uma importante aliada.

Para tal, é indispensável que esta seja capaz de oferecer um ambiente acolhedor de aprendizagem, que proporcione o diálogo e a interação entre seus usuários. Por ser a biblioteca escolar um espaço de interação social, no qual convivem pessoas de diferentes realidades (faixas etária, situação financeira, credo, raça etc.), esta, deve abraçar o conceito da teoria sistêmica, buscando integrar as necessidades de seu público, bem como proporcionar atividades que possibilitem a compreensão das questões e problemas que compõem o sistema ao qual integram.

O Manifesto IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares (2000) aponta que as Bibliotecas escolares habilitam os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida, preparando-os para avaliar e utilizar a informação em seus mais diversos suportes, além de preconizar a liberdade intelectual e o acesso à informação como fundamentais ao exercício responsável da democracia.

Partindo dessa premissa, temos a Biblioteca Escolar analisada como um sistema aberto, capaz de receber e produzir estímulos no sistema que integra, deve estar atenta às demandas do meio ambiente em que está inserida.

No documento IFLA Diretrizes para Biblioteca Escolar (2016), em vários momentos, são citados trechos que destacam a importância desta integração da Biblioteca Escolar com seu meio ambiente interno e externo, destacando em relação a sua missão e finalidades que:

As bibliotecas escolares existem em todo o mundo como ambientes de aprendizagem que oferecem espaço (físico e digital), acesso aos recursos, atividades e serviços para incentivar e apoiar a aprendizagem de alunos, professores e comunidade. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS, 2016, p. 19).

A biblioteca escolar constitui: [...] um espaço social aberto a eventos culturais, profissionais e educativos (por exemplo, efemérides, encontros, exposições) para a comunidade em geral. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS, 2016, p. 20).

Nesse sentido, a Biblioteca Escolar foge das características de um sistema fechado, isolado em si, agindo apenas em atendimento às necessidades do corpo escolar (professores, alunos e gestores), sem nenhum tipo de vínculo com a comunidade na qual está inserida a escola. Segundo Tarapanoff (1984, p. 3), estudar as bibliotecas como um sistema fechado:

[...] se apoia na falsa premissa de que a biblioteca, por se caracterizar como um órgão de apoio depende, influência e é influenciada apenas pela organização a qual pertence. Nada poderia estar mais desvinculado da realidade pois, por ser uma organização a serviço do homem a primeira preocupação da biblioteca deve ser a aceitação de seus serviços pelo homem e pela sociedade.

Ao pensarmos essa integração com o meio ambiente e seu sistema, temos os estímulos gerados e recebidos pela Biblioteca Escolar, conforme visto anteriormente temos os *inputs*, a transformação, os *outputs*, a *feedback* e o meio ambiente, que podem ser considerados conforme a seguir:

- a) Inputs: entrada de matéria, energia e informação. Identificar questões sociais, culturais e políticas que emergem da comunidade e impactam na formação dos alunos tais como: inclusão social, violência doméstica, empreendedorismo, economia doméstica, preservação do meio ambiente, conservação do patrimônio público, etc.
- b) Throughput (transformação): consiste na avaliação, transformação e processamento dos inputs recolhidos, convertendo-os em produtos e serviços úteis e direcionados às necessidades da escola e da comunidade em geral.
- c) Outputs: consiste na aplicação dos inputs recebidos e transformados em produtos e/ou serviços, nesta etapa todos que integram o sistema escolar e seus subsistemas (alunos, funcionários, professores, pais, comunidade etc.) estes devem estar interagindo.
- d) Feedback (retroação): consiste na avaliação das entradas e saídas de estímulos do sistema, esta etapa apresenta dois tipos de aspectos:

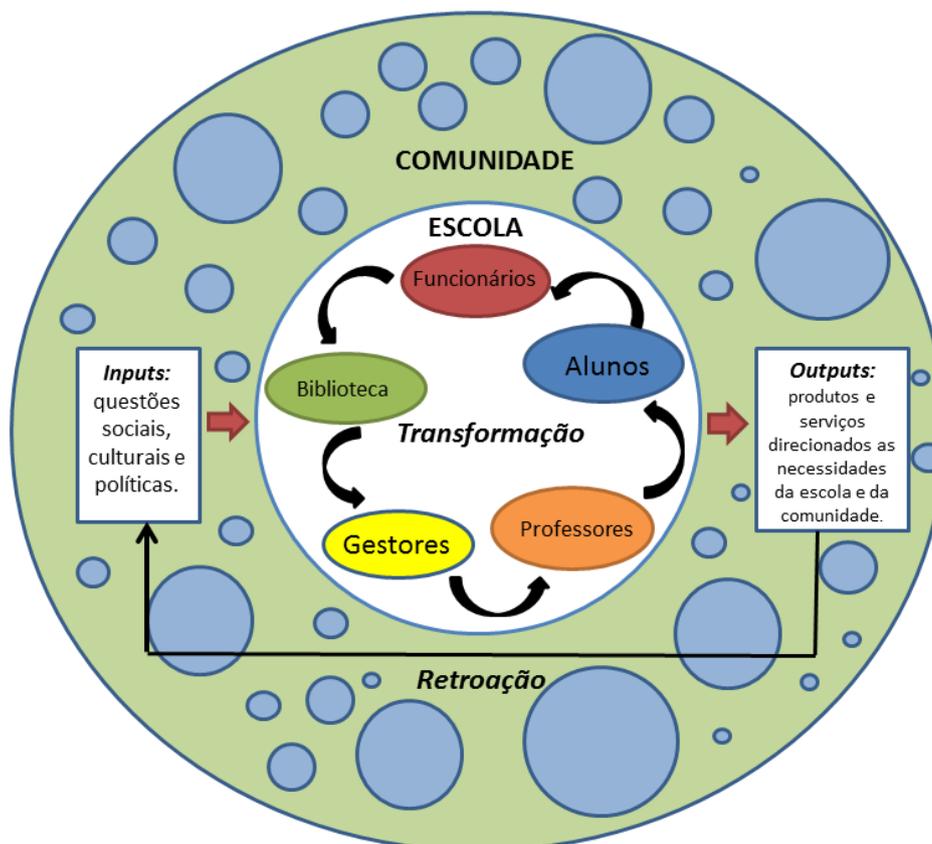
positivos, capazes de acelerar os outputs, ou **negativos**, que vão desestimular novos outputs.

e) Meio Ambiente: divide em dois tipos

- Ambiente interno: setores e dependências da escola;
- Ambiente externo: comunidade na qual a escola está inserida.

Esses estímulos da teoria sistêmica, se aplicados à realidade do ecossistema escolar, podem ser ilustrados conforme a seguir:

Figura 3 – Ecosistema: comunidade - escola.



Fonte: Adaptado de MORIN, 2015; CAPRA, 1996; PEREIRA, 2011.

Nota: Representação da escola como um sistema formado por subsistemas (funcionários, alunos, biblioteca, gestores e professores), inserida no macrossistema comunidade e cercada de outros subsistemas, estando todos em constante fluxo de relações, atuando diretamente nas transformações que ocorrem no todo ecossistêmico.

Neste cenário, a biblioteca escolar age como parte integrante do sistema escolar e seus subsistemas, relacionando-se com os demais subsistemas e executando o processamento interno deste sistema. Uma vez que a escola, como um sistema, tem como missão educar e ensinar para a sociedade, integrando ações que aproximem a comunidade e influenciem transformações

positivas neste cenário, a biblioteca escolar, como um órgão de apoio escolar, tem como premissa servir aos interesses e objetivos da escola, neste caso deve servir não só ao ambiente interno da escola como também ao seu ambiente externo: a comunidade.

[...] a biblioteca deve moldar-se aos indivíduos e aos objetivos da comunidade. Se a comunidade se esforça para crescer a biblioteca também precisa crescer. Se você se preocupa com o futuro, ou com a economia, ou com o futuro da democracia em seu país, sua biblioteca também deve se preocupar (LANKES, 2016, p. 24).

A biblioteca escolar deve promover e possibilitar ações e discussões acerca de temas relacionados aos interesses da escola e da comunidade, além de fomentar o hábito da leitura, construindo um espaço democrático de diálogo, tornando-se capaz de contribuir como um agente de transformação social em seu meio ambiente. Se a escola busca integrar a comunidade e desenvolver-se junto a esta, tão logo a biblioteca escolar deve atuar com o mesmo foco da escola.

3 SOBRE A BIBLIOTECA ESCOLAR

A partir do momento em que a humanidade se torna produtora e consumidora dos produtos ou serviços oferecidos pelas indústrias, sejam elas no campo educacional, político, social e econômico de uma nação, de imediato surge a necessidade em adequar-se a essas novas transformações que ocorrem na sociedade contemporânea. Ao longo dos anos, as áreas do conhecimento científico e tecnológico vem se modificando e, a partir dessas mudanças, as informações obtidas através dos tempos trouxeram novos conhecimentos, bem como criaram, modificaram novas formas de trabalho, exigindo mãos de obras qualificadas, capazes de acompanhar o desenvolvimento tecnológico mundial.

Com isso, surge a preocupação e a necessidade de um melhor tratamento das informações, pois o conhecimento tornou-se essencial para o desenvolvimento intelectual e cultural das nações. As bibliotecas tornaram-se ferramentas importantes no processo de desenvolvimento e tratamento da informação no campo do conhecimento científico.

O atual cenário mundial exige indivíduos capazes de desenvolver competências que permitam compreender e utilizar o grande volume informacional, gerando novos conhecimentos para a sociedade. O desenvolvimento destas habilidades cognitivas e informacionais ocorrem ao longo da vida em diversos momentos: na escola, na família, na igreja, entre outros, porém, espera-se que este desenvolvimento seja estimulado de forma mais efetiva no meio acadêmico e profissional.

Historicamente, as escolas têm o papel de socializar e construir conhecimento, atuando na formação moral e cívica do discente. É neste espaço educacional que o indivíduo deve encontrar subsídios para construir conhecimentos que contribuam para a formação deste discente. E, quando se cita a variável formação, entende-se aqui como a transformação dos indivíduos que ingressam nas escolas como cidadãos, de forma igualitária, independentemente da cor, raça, crença e classe social destes.

Para isso, faz-se mister que a escola transmita aos discentes valores que os preparem para viver e conviver em sociedade, imputando nos mesmos o senso de responsabilidade e coletividade. A compreensão dos direitos e deveres sociais e políticos de cada indivíduo também faz parte da construção do

conhecimento que deve ser adquirido na escola. Neste espaço, cabem aos membros da comunidade acadêmica dispor de atividades que estimulem o espírito de solidariedade, respeito e diálogo.

Atualmente, o sistema educacional brasileiro tem como base a ideia do discente, enquanto construtor do conhecimento, juntamente com o docente, uma vez que o conhecimento é resultante do processo dialógico entre todos os sujeitos o processo ensino-aprendizagem. Isto implica afirmar que a responsabilidade do contexto educacional não pode mais estar focada, exclusivamente, na imagem do professor, como defendido pela educação bancária.

3.1 Histórico da Educação no Brasil

No Brasil, as primeiras ações educacionais surgiram por volta de 1549, com a chegada da ordem dos jesuítas ao país. Segundo Aranha (2006), inicialmente, os jesuítas se instalaram na Bahia, com a finalidade de catequizar os habitantes locais, visando a sua conversão a fé católica, sendo válido frisar que:

Desde o século XVI e durante o século XVII, o modelo de catequese dos índios, alterava-se, com o confinamento dos indígenas nas reduções ou missões, povoamentos com organização bem complexa, que incluía conversão religiosa, educação e trabalho (ARANHA, 2006, p. 163).

A conversão dos indígenas nas missões possibilitava, além do letramento, a aprendizagem de ofícios agrícolas, fabricação de artefatos e artesanatos. Em termos educacionais, os religiosos tinham a missão de ensinar os filhos dos brancos que, nas terras brasileiras, chegaram para povoamento. Isto implica frisar que, no século XVII, a educação voltava-se exclusivamente aos colonos, que buscavam lugares nas formações do magistério ou ordens religiosas.

Nos séculos seguintes, poucas foram as mudanças na educação do Brasil e, somente no século XIX, com a chegada da Família Real ao Brasil, surge a preocupação com a criação de escolas e de cursos superiores, período em que ocorre a instalação da Imprensa Régia, do Museu e da Biblioteca nacionais. A Lei de 11 agosto de 1827 determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilarejos e lugares do Brasil, mas por ser inviável para os

padrões da época, foi substituída pela Lei de 15 de outubro de 1827, que previa a criação de um sistema de instrução pública bem menos ambicioso que a Lei anterior.

Em 19 de abril de 1879, surge o Decreto 7.247 que determinava a reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império, de autoria do Ministro Carlos Leôncio de Carvalho dividiu o ensino, nas escolas primárias, em primeiro e segundo graus (BRASIL, 1879). Este trouxe à tona novas questões como os alunos acatólicos, a distinção na educação de meninos e meninas após os dez anos de idade, a criação dos jardins de infância, entre outras disposições. O Decreto previa ainda a criação de pequenas bibliotecas, museus, como fator fundamental para a criação das escolas, conforme trecho a seguir:

Art. 7º Serão criadas nos diferentes distritos do mesmo município pequenas bibliotecas e museus escolares.

Art. 8º O Governo poderá:

§10 Fundar ou auxiliar bibliotecas e museus pedagogicos nos lugares onde houver Escolas Normais;

§ 11 Criar ou auxiliar nas provincias bibliotecas populares.

Art. 20 Nos estabelecimentos de instrução superior dependentes do Ministerio do Imperio observar-se-hão as seguintes disposições:

§ 26. O pessoal das bibliothecas constará de um Bibliothecario, que será bacharel ou doutor pela Escola ou Faculdade respectiva ou outra da mesma natureza, de um ajudante e de dois auxiliares. (BRASIL, 1879, p. 3).

Em vários momentos, o Decreto torna evidente a importância da criação e o apoio às bibliotecas escolares para o bom funcionamento dos sistemas de ensino nacional. Sendo este Decreto o primeiro documento nacional que trata da questão da existência de bibliotecas nas escolas, é possível observar, em vários momentos do texto, como responsabilidade do governo o apoio e fundação destas bibliotecas nas escolas.

Em seguida, passa a vigorar o Decreto Nº. 981, de 8 de novembro de 1890, conhecido como *Reforma Benjamin Constant*, que se diferenciava por estar direcionada a conteúdos e métodos, enquanto as legislações anteriores tratavam principalmente das questões relacionadas aos estabelecimentos de ensino públicos. Esta reforma teve também importantes contribuições para a educação e para o processo de ensino-aprendizagem no Brasil, o decreto também destacava a necessidade da existência de bibliotecas escolares:

Art. 9. Cada escola primaria terá, além das salas de classe e outras dependencias, sua biblioteca especial, um museu escolar provido de collecções mineralogicas, botanicas e zoologicas, de instrumentos e de quanto for indispensavel para o ensino concreto, um ginasio para exercicios físicos, um patio para jogos e recreios, e um jardim preparado segundo preceitos pedagogicos.

Art. 24. O Governo manterá na Capital Federal um estabelecimento de ensino sob o nome de Pedagogium, destinado a oferecer ao público e aos professores em particular os meios de instrucção profissional de que possam carecer, a exposiçáo dos melhores methodos e do material de ensino mais aperfeiçoado.

§ 2º O Pedagogium estabelecerá relações estreitas com as autoridades e instituições congeneres dos mais Estados da Republica e dos paizes estrangeiros, afim de fazer-se a constante permuta de documentos e a aquisição de especimens de todas as invenções e melhoramentos dignos de atenção. Tratará outrosim de obter por compra quanto for indispensavel para estar em dia com os progressos do ensino e ter a sua biblioteca provida das obras mais importantes e mais modernas desta especialidade. (BRASIL, 1980, p.2).

Neste cenário, no final do século XIX, com a Proclamação da República, surgem discussões mais aprofundadas, voltadas para educação no país. Mais adiante, em 1961, foi criada a Lei nº 4.024 de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (LDB) direcionada à educação pública e privada. Este fato gerou um grande descontentamento e uma forte pressão nacional, para que a União destinasse recursos apenas para a educação pública, o que não permitiu que a Lei nº 4.024 avançasse.

Por conta disto, em 1996, é publicada a Nova LDB, Lei N. 9.394 em vigor até os dias atuais, que apresentou medidas que melhoraram o financiamento do ensino no país, além de novos critérios de avaliação do sistema educacional, possibilitando a sociedade conhecer os trabalhos desenvolvidos na educação nacional. Para Cortez e Bandeira (2011, p.4):

A LDB reforça a necessidade de propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que é remetida para a união.

Para apoiar e possibilitar o desenvolvimento da Nova LDB, surgiu o Plano Nacional de Educação (PNE), tendo sua primeira versão criada em 1996 com metas para melhoria da educação no Brasil. Atualmente a versão em vigor 2014-2024 define metas e estratégias a serem atingidas pela política educacional do Brasil nesse período de 10 anos. A Nova LDB busca ampliar os direitos à educação e cidadania, além de apoiar e avaliar as ações da rede pública de ensino e do corpo docente.

É necessário reconhecer que a Nova LDB e nem mesmo o PNE 2014-2024 apresentam melhorias diretas ou significativas ao cenário das bibliotecas escolares do país, estas nem mesmo são citadas de forma direta, em ambos os documentos as bibliotecas escolares tornam-se itens secundários e, muitas vezes, ficam até mesmo subentendidas no texto.

Com base nesse contexto, a próxima seção apresenta um panorama da biblioteca escolar no Brasil e algumas questões ligadas à sua realidade.

3.2 Panorama da Biblioteca Escolar no Brasil

Ao longo da história, a humanidade busca registrar seus conhecimentos das mais diversas formas: paredes de cavernas, tábuas de argila ou madeira, rolos de papiro e pergaminhos, que através dos tempos permitiram conservar a memória e conhecimento humanos de inúmeras civilizações.

Com o surgimento da imprensa e o avanço tecnológico, esses materiais foram substituídos, surgindo inúmeros formatos e recursos para veiculação da informação. A biblioteca, como instituição histórica e tradicional, tem a missão de coletar, disponibilizar e disseminar a informação desses registros humanos produzidos pela sociedade. Assim sendo, a biblioteca não pode estar limitada apenas a um conjunto de materiais reunidos aleatoriamente; seu acervo deve ser pensado e desenvolvido, considerando o ambiente em que está inserida.

Atualmente, as bibliotecas contam com recursos tecnológicos que possibilitam uma série de facilidades no atendimento aos usuários, que ampliam as possibilidades e serviços a serem oferecidos. Nas bibliotecas escolares, o cenário não é diferente. Este tipo de biblioteca possui um papel de vital importância na difusão e fomento da leitura e do conhecimento, deve buscar apoiar, estimular, coordenar e organizar o processo de leitura, desenvolvendo em seu público capacidades críticas e reflexivas. A Biblioteca escolar não se preocupa apenas com sua função educativa, mas também com a função cultural, a qual atua na formação da consciência crítica do discente.

As bibliotecas, principalmente, as escolares vêm se renovando ao longo dos anos, buscando atender a seus usuários, cada vez mais exigentes. no cenário atual, as tecnologias como internet, celular, tablet etc., são ferramentas importantes no processo de pesquisa. Neste sentido, Sala e Militão (2017, p.467)

defendem a ideia de que, desde o início, “[...] a trajetória educacional foi marcada por fortes acontecimentos, [ao ponto da] história da biblioteca escolar, [se confundir] com a história da educação”. O que decorre do fato das bibliotecas escolares estarem diretamente vinculadas à escola e ao sistema educacional e passam a ser entendidas como:

[...] um espaço de estudo e construção do conhecimento, coopera com a dinâmica da escola, desperta o interesse intelectual, favorece o enriquecimento cultural e incentivo a formação do hábito de leitura, jamais será uma instituição independente, porque sua atuação de dependência faz com que a biblioteca, para cumprir seu papel, esteja em sintonia com a concepção educacional e as diretrizes política-pedagógica escola a qual se integra (CORTÊZ; BANDEIRA, 2011, p. 6).

Isto implica afirmar que as bibliotecas escolares não possuem autonomia para exercer suas funções isoladas da escola, dependem da existência de unidades educacionais, devem estar sempre interligadas às políticas educacionais praticadas pela escola. Segundo Lima (2014):

Os objetivos a serem alcançados pela biblioteca escolar não lhes são exclusivos ou estão deslocados daqueles que foram projetados para a instituição onde ela está instalada. Pelo contrário, estão jurídica e administrativamente relacionados aos dela. Por isso, as suas contribuições à evolução do processo civilizatório da sociedade da qual faz parte também está relacionada a essa objetivação. (LIMA, 2014, p. 14).

A biblioteca escolar deve acompanhar o desenvolvimento dos planos e atividades da escola, voltados para atender às demandas do público interno e externo da escola. A literatura apresenta diversos conceitos para a biblioteca escolar, pontos de vista que analisam sua função, missão e objetivos, além de estudos aplicados e os resultados obtidos. Estabelecer um único conceito sobre a biblioteca escolar e seus fazeres no campo da educação é uma tarefa impossível, uma vez que se transforma e se multiplica em inúmeras funções e aplicações na rotina das escolas e na vida da comunidade na qual se insere. Na tentativa de ampliar as significações e a visão das competências da biblioteca escolar apresentaremos alguns conceitos a respeito do tema, conceitos de autores que discutem e analisam, na literatura, o papel da biblioteca escolar.

Para Campello (2010, p. 7), as bibliotecas escolares podem ser concebidas como “[...] espaços de aprendizagem que propiciam e estimulam conexões entre saberes; que são laboratórios – não de equipamentos e

apetrechos – mas de ideias”. Tal definição tem seu foco no objetivo e nos serviços que devem ser oferecidos a seu público, a biblioteca escolar deve trabalhar para atingir os objetivos e metas estabelecidos pelo sistema educacional da escola. Para Cortêz e Bandeira (2011, p. 08), a biblioteca escolar:

É um espaço de estudo e de construção do conhecimento, coopera com a dinâmica da escola, desperta o interesse intelectual, favorece o enriquecimento cultural e incentiva a formação hábito da leitura. Jamais será uma instituição independente, porque sua situação reflete as diretrizes de outra instituição que é a escola. 12

Deve-se destacar que a importância da biblioteca escolar no contexto educacional transcende as atividades de incentivo à leitura, é preciso ressaltar as demais atividades que compõem o mix de serviços e possibilidades que ela dispõe. Valio (1990, p. 20) esclarece que:

Como mediadora, a biblioteca escolar é uma instituição que organiza a utilização dos livros, orienta a leitura dos alunos, coopera com a educação e com o desenvolvimento cultural da comunidade escolar e dá suporte ao atendimento do currículo da escola. Desse conceito depreende-se que a função da biblioteca escolar é incentivar a leitura dos alunos, tendo como objetivo a formação dos futuros leitores, e oferecer as condições necessárias à comunidade escolar, através da facilitação dos serviços de informação, em benefício do desenvolvimento do currículo e da competência do aluno para aprender a aprender.

Com base na colocação da autora, pode-se contextualizar a função da biblioteca escolar como apoio, não só aos alunos, mas também aos professores e demais membros do corpo pedagógico, estando apta a contribuir com a elaboração e desenvolvimento das atividades que compõem os currículos educacionais. Alguns autores idealizam a importância da biblioteca escolar com um alcance que, muitas vezes, se estende ao público externo, conforme colocam Coutinho e Xerxenesky (2011, p.178):

[...] atender à comunidade da escola na sua plenitude e ao bairro no qual está inserida, permanecendo de portas abertas a todos e acolhendo a quem precisar de seus préstimos, é o objetivo maior da biblioteca escolar.

Ressalta-se, no exposto, o vasto potencial da biblioteca escolar como fonte de acesso à informação e conhecimento, provedora da integração entre

escola e comunidade, além de suas competências e responsabilidades na formação de cidadãos críticos e autônomos.

Fica clara a missão da biblioteca escolar, dinâmica e participativa no processo educacional, a fim de assegurar suporte no exercício da prática do desenvolvimento do ensino. A biblioteca escolar deve incentivar o aluno a fortalecer o conhecimento adquirido nas salas de aula.

Preparar indivíduos com habilidades e saberes, capazes de lidar com as tecnologias e grande volume de informações, é o desafio das escolas e do sistema educacional, porém é preciso entender que essa missão não está a cargo somente dos professores, todo o corpo escolar, incluindo a biblioteca devem incorporar essa responsabilidade e participar ativamente do processo de formação dos alunos. Campello (2008, p. 29) apresenta em sua obra dados de um estudo realizado por Ross Todd e Carol Kuhlthau, em 2005, conhecido como “O estudo de Ohio”, no qual aponta que:

[...] ficou provado que bibliotecas eficientes desempenham papel ativo na aprendizagem. [...] os estudantes mostraram que ela [a biblioteca] os ajudava a construir suas compreensões e conhecimentos, ensinando-os a pesquisar, a identificar ideias pertinentes, analisar, sintetizar e avaliar informações, a estruturar e organizar ideias, desenvolver pontos de vista, tirar conclusões e ter opiniões próprias.

A participação da biblioteca escolar inclui uma série de fazeres ligados ao estímulo da leitura, produção de conhecimento e desenvolvimento de cultura, possibilitando conexões de comunicação e expressão da criatividade. Ainda na obra de Campello (2008, p.48), a biblioteca escolar é evidenciada na perspectiva sociocultural como “um instrumento de cultura como uma função comunicativa”, pois proporciona interação com os artefatos e demais indivíduos que compartilham o uso do espaço.

Discentes estimulados à leitura ampliam suas capacidades de compreensão do mundo e desenvolvem senso crítico, compreendendo mais amplamente o contexto no qual estarão inseridos. Ações que promovam a leitura na escola, desde as séries iniciais, influenciam de forma efetiva na construção de cidadãos proativos e comprometidos com a sociedade. A biblioteca escolar é o espaço ideal para o desenvolvimento das atividades de leitura e deve ser amplamente explorada por alunos e todo o corpo pedagógico da escola.

Durante a infância, ocorre a descoberta da imaginação, quando as crianças se divertem com o pensamento imaginativo, e a escola tem um grande papel em oferecer e estimular a imaginação, buscando o desenvolvimento psicológico e cognitivo dos alunos que atendem. Segundo Vygotsky (1996), a imaginação é a base para toda a atividade criativa, manifestando-se, assim, em todos os aspectos da vida cultural:

A importância do trabalho criador (imaginativo) se verifica no desenvolvimento da criatividade infantil, na evolução e no amadurecimento da criança, pois no plano imaginário podem ser observados os desenvolvimentos cognitivos, pelo raciocínio estimulado, assim como a memória além de uma amplitude nas noções de valores morais. (VYGOTSKY, 1996, p. 18).

Na infância, o imaginário apresenta-se como um dos fatores determinantes na formação da personalidade da criança, uma vez que este remete a modelos sociais, fazendo com que a criança se descubra em relação ao outro, tendo por base as pessoas do seu convívio.

A escola deve estimular e possibilitar aos alunos atividades que desenvolvam o pensamento imaginativo, as descobertas que levam à construção de significações e desenvolvem o equilíbrio, favorecendo a construção de seres autônomos e que tenham suas estruturas psicológicas e cognitivas desenvolvidas plenamente. Na biblioteca escolar, a criança encontra a fantasia dentro de cada livro, entre seres como: fadas, gigantes, animais encantados, florestas, pântanos e tantos outros personagens.

A leitura tem como missão transmitir prazer, sem a “obrigação” do ensinamento em si, podendo até abordar lições, como: cuidado do meio ambiente, ética, educação no trânsito, autoajuda etc., porém este não deve ser seu único objetivo, é imprescindível que a leitura seja prazerosa, independente da temática abordada. Na escola, a biblioteca tem grande responsabilidade de oferecer e estimular o contato com a leitura, especialmente nas áreas periféricas, nas quais os discentes têm pouco ou nenhum recurso para aquisição de livros. A maioria dessas crianças só tem contato com o mundo da leitura nas escolas, trabalhando o desenvolvimento psicológico e cognitivo das crianças.

Por meio de atividades de incentivo à leitura, a biblioteca escolar provoca nos alunos a recusa das concepções da realidade fixa, realidades pré-moldadas, prontas; desperta uma forma de amadurecimento do indivíduo, buscando a

construção do conhecimento de forma crítica e cidadã. É preciso destacar que, além da leitura, a biblioteca escolar também tem o importante papel de promover o apoio à pesquisa escolar, que desperta a formação de questionamentos e possíveis respostas, desenvolvendo o pensamento crítico nos discentes, seja de forma individual ou coletiva.

A pesquisa escolar é um eficiente recurso de ensino/aprendizagem e deve ser usada por educadores no sentido de atender às necessidades informacionais dos alunos. Esta prática como auxílio didático, tem inúmeras vantagens, pois proporciona aos educandos um contato maior com a biblioteca e por consequência com a informação. As muitas fases que envolvem uma pesquisa, ou seja: levantamento dos dados, análise e comparação desses dados e sua síntese, podem levar o estudante a várias fontes de informação, ampliando seu horizonte de conhecimento e desenvolvendo seu espírito crítico. (ELLWEIN, 2006, p. 79).

A pesquisa escolar, quando executada de forma correta, deve fomentar e instruir o processo educacional, pois tem como objetivo estimular percepções de curiosidade e investigação no discente. Para que o processo ocorra desta forma, a biblioteca escolar deve dispor de profissionais, espaço físico e fontes de pesquisa adequadas, que propiciem essa experimentação:

No entanto, a biblioteca escolar é mais que um recurso, já que também gera possibilidades contínuas de apoio ao trabalho do professor e de coordenação educacional para o desenvolvimento curricular. Dessa forma o que justifica a existência da biblioteca escolar não é a biblioteca em si como estrutura organizacional estável que proporciona serviços bibliotecários, mas seu uso como recurso educacional facilitador do desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem e práticas de leitura, e, conseqüentemente, sua conceituação como agente pedagógico que apoia, de forma estável, o desenvolvimento do projeto curricular da escola. (ROCA, 2012, p.24).

A biblioteca escolar atua no âmbito educacional, não só como espaço de incentivo e promoção da leitura, mas também como fonte de estímulo aos processos de comunicação e investigação da realidade.

A biblioteca escolar é considerada como um centro ativo de aprendizagem, possuindo um duplo sentido: 'é ao mesmo tempo, um elemento de conservação e um centro de comunicação', mas o conceito moderno atualiza a função de comunicação, como suporte informacional (MARTUCCI; MILANI, 1999, p.79).

A importância da biblioteca escolar na formação de indivíduos, com consciência política, social e cultural é evidenciada por Cortêz e Bandeira (2011,

p. 6) ao afirmarem que a biblioteca escolar, ao realizar suas atividades, busca desenvolver também um papel educativo, cultural e social no meio escolar. Partindo deste princípio, passa-se a enxergar a biblioteca escolar muito além de um espaço físico capaz de facilitar os processos educacionais, propiciando um espaço de integração e aprendizagem coletiva, fundamental para o processo de formação de alunos e professores, conseqüentemente, como agente de transformação social.

Conforme exposto até aqui, podemos observar que a compreensão a respeito das bibliotecas escolares e sua atuação estão em constante mudança, uma vez que tem se ampliado com o advento das tecnologias, na busca em atender as necessidades de informação e comunicação do sistema educacional.

3.3 Legislação e ações em prol da Biblioteca Escolar

Atualmente, pode-se observar não só na literatura, mas também no poder executivo, diversas iniciativas e ações que regulamentam e apoiam a criação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Evidenciando a importância da existência de bibliotecas escolares nas instituições de ensino, no cenário mundial, temos como referência o documento Diretrizes da IFLA para a Biblioteca Escolar. O documento apresenta uma série de apontamentos quanto ao funcionamento e estrutura das bibliotecas escolares:

As Diretrizes para a Biblioteca Escolar destinam-se a ser adaptadas e implementadas de uma forma que se adeque aos contextos locais, especialmente os contextos legislativos e curriculares. [...] Os documentos relacionados com o currículo escolar podem ser desenvolvidos a nível nacional local; estes documentos podem definir especificamente a missão, função e finalidades da biblioteca escolar, ou podem ser inteiramente omissos nestas matérias. As Diretrizes para a Biblioteca Escolar destinam-se a orientar governos, associações de bibliotecas, escolas, diretores de escolas e comunidades escolares no processo de ligação das bibliotecas escolares aos resultados educativos locais, às necessidades de informação da comunidade escolar e a aspetos característicos específicos da comunidade, sejam eles sociais, étnicos, culturais, linguísticos ou autóctones (FEDERAÇÃO..., 2016, p. 20).

A biblioteca escolar deve estar sempre em concordância com a realidade do contexto no qual se insere, amparada e incluída na legislação educacional de cada país, estado, cidade etc. O Manifesto IFLA/UNESCO para Bibliotecas

Escolares (2000) demonstra a importância da biblioteca escolar no desenvolvimento social e cultural, além de estimular a implantação efetiva de políticas públicas neste sentido.

As bibliotecas brasileiras, em princípio, foram criadas não para atender às necessidades educacionais da colônia e, sim, às necessidades dos padres jesuítas, no processo de alfabetizar e catequizar os habitantes da colônia. Os livros constituíam uma das principais formas de realizarem seus trabalhos. Mediante tal fato, implantavam e mantinham bibliotecas em todas as missões, até mesmo nos menores vilarejos. Conforme aponta Fiquer (2011), a respeito da constituição dos acervos dos jesuítas instalados no Brasil:

As informações obtidas sobre o livro e a constituição das bibliotecas, inicialmente, só foi possível devido ao trabalho e registro realizados pelo padre Serafim Leite. Ele deixa evidente que já em 1549 os padres jesuítas traziam consigo para a colônia alguns livros, obviamente que eram apenas títulos religiosos como a Bíblia. Mas com o passar dos anos e com o progresso dos trabalhos jesuítas a variedade de títulos, bem como a quantidade dos mesmos, passou a ser diversificado e ampliada. (FIQUER, 2011, p. 1).

À medida que esse processo de alfabetização se desenvolvia para um outro nível, as necessidades foram tomando outros rumos, seus acervos foram abertos para outros títulos mais abrangentes, pois precisavam atender não só a alfabetização dos colonos, mas também a formação de professores. Os acervos eram voltados para atender os padres e alunos, porém, muitas vezes, recebiam outros tipos de usuários, tais como políticos, pessoas influentes e ilustres da alta sociedade. Nesse cenário, tem início o período de declínio do papel ilustre desempenhado pelas bibliotecas no país, conforme aponta Vilas Boas (2018, p. 2):

No final deste mesmo século Marquês de Pombal proíbe a instalação de novos conventos atingindo assim o ensino e por extensão as bibliotecas, o papel, que até então cumpriam, de centro de cultura e ensino para a população começou a desaparecer.

Este período de decadência das escolas religiosas deixam as bibliotecas abandonadas, sem tratamento adequado para as obras adquiridas e produzidas pelas escolas religiosas, deixando, assim, muitas obras importantes esquecidas ou em ruínas. Tal fato pode ser constatado em Silva (2008, p.232), o qual diz:

Com a saída dos jesuítas todos seus bens imóveis e móveis foram confiscados e tiveram destinos diversos. No que tange às bibliotecas e

seus livros, veio a acorrer um completo desmantelamento e desaparecimento dos acervos construídos ao longo de 200 anos.

Até então, as únicas bibliotecas existentes na colônia eram as dos conventos, o que perdurou até a chegada da Família Real e a implantação da Biblioteca Nacional, como defendido por Fiquer (2011, p.6):

A transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro transformou radicalmente a situação dos livros e bibliotecas no Brasil, uma vez que a chegada da família Real implicou em alterações nas necessidades referente a estudos, aos conhecimentos culturais e científicos. Membros da corte que deviam ser instruídos necessitavam de ambientes adequados para estudar e da informação contida nos livros, uma realidade que impulsionou a relevância do livro e das bibliotecas neste país.

Graças a este novo contexto, as bibliotecas ganham grau de relevância merecido, pois passam a ser defendidas como um dos espaços fundamentais para o processo educacional. Assim, as bibliotecas escolares passam a ser diretamente ligadas às escolas.

Quanto às escolas, estas foram criadas no Brasil, pela Lei de 15 de outubro de 1827, na qual Dom Pedro instituiu que “Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827, p. 1). Cabe salientar que estas escolas se voltavam para ensinar a ler, a escrever, a aritmética e a religião, privilegiando-se as leituras da Constituição do Império e a história do Brasil.

Somente ao final do século XIX é que começam a surgir as primeiras Bibliotecas Escolares. Implantadas em escolas particulares, as bibliotecas apresentam a finalidade de apoiar as atividades de ensino, sendo válido lembrar que estes espaços informacionais, por acompanharem a história, também, mantinham-se restritas à elite, ou seja, à classe social que tinha acesso à educação particular.

A partir do século XX, sob a coordenação de Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, houve um estudo acerca da educação brasileira. Neste momento, fortes críticas foram apresentadas ao sistema, uma vez que o mesmo se mantinha de forma elitizada, uma vez que não haviam escolas públicas em número suficiente para atender todas as classes sociais.

Em consequência do exposto, tem-se a criação do *Manifesto Nova Escola*, em 1932, que defendia a educação gratuita e de qualidade para todos,

isto é, de forma pública, gratuita, laica e obrigatória, além de evidenciar a biblioteca escolar como parte integrante do sistema de ensino-aprendizagem. Apesar da ausência de políticas públicas voltadas diretamente à biblioteca escolar nesse período, essa passa a ser destacada como parte integrante do sistema escolar e espaço de apoio e impulsionamento da aprendizagem.

No Brasil, ainda que de forma indireta, surgem as primeiras ações políticas em prol das bibliotecas escolares, a partir da implantação da Lei 9.394/1996 que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), tendo como base a Constituição Federal do Brasil de 1988, que em seu art. 206 menciona como um dos princípios e fins da educação nacional a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1988, p. 72). Destaca-se neste momento que, ainda de forma tímida, a legislação nacional começa a contemplar a biblioteca escolar como parte das políticas de ensino.

Mais tarde, em 1997, são criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que tem a finalidade de estabelecer currículos nacionais das escolas no Brasil, renovando o compromisso da escola com a formação da cidadania. Em vários momentos, o PCN destaca a importância da biblioteca escolar e das atividades de incentivo à leitura, pesquisa e difusão cultural, como podemos ver:

Valorizar as fontes de documentação, preservação e acervo da produção artística. Com esse critério pretende-se avaliar se o aluno valoriza, respeita e reconhece o direito à preservação da própria cultura e das demais e se percebe a necessidade da existência e a importância da frequência às fontes de documentação, espaço as de cuidados e acervos de trabalhos e objetos artísticos em diferentes ambientes (museus, galerias, oficinas de produtores de arte, bibliotecas, miatecas, videotecas). (BRASIL, 1997, v.6, p.96).

Ao longo dos demais volumes do PCN, a biblioteca escolar é destacada, muitas vezes de forma indireta, porém indispensável à formação de cidadãos aptos a adquirir e construir conhecimento. Ainda em 1997, o Governo Federal cria o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE), com a finalidade de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nas escolas públicas de todo o país, o programa dirigido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), baseia-se na distribuição gratuita de obras para o desenvolvimento de acervos em escolas

públicas, atendendo a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. O PNBE visa contribuir, de forma efetiva, para o desenvolvimento de toda a comunidade escolar, conforme a seguir:

As primeiras ações voltadas para a biblioteca escolar e para o incentivo à leitura e à formação de leitores, como o Programa Salas de Leitura, tiveram início nos anos oitenta. Em 1997, foi instituído o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, por meio do qual vêm sendo distribuídos, em formatos de atendimento variados, acervos às bibliotecas e a alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental. O modelo de intervenção adotado vem historicamente privilegiando um único aspecto que compõe uma política de formação de leitores: a compra e a distribuição de livros às escolas e aos alunos. (BRASIL, 2008, p. 5).

Sequencialmente, em 2003, é instituída a Lei nº 10.753, que cria e dá as diretrizes a Política Nacional do Livro (PNL), a Lei assegura ao cidadão o uso e acesso aos livros, reconhecendo sua importância na formação científica e cultural dos cidadãos:

Art. 1 Esta Lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes:

I - Assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; II - O livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;

III - Fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

IV - Estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;

V - Promover e incentivar o hábito da leitura;

VI - Propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;

VII - Competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;

VIII - Apoiar a livre circulação do livro no País;

IX - Capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

X - Instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;

XI - Propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

XII - Assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura. (BRASIL, 2003, p. 1).

A Lei 10.753 também trata da produção intelectual nacional e da difusão dos livros e seus suportes em meio digital impresso e até em braile. Mais adiante, em 2006, o Ministério da Cultura (MINC) publica o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), no qual regulamenta políticas públicas voltadas ao livro e à leitura

no Brasil, com foco nas bibliotecas e na formação de mediadores de leitura (BRASIL, 2006).

Destaca-se, em 2008, a iniciativa do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), ao lançar o Programa mobilizador - Biblioteca Escolar: Construção de uma Rede de Informação para o Ensino Público, que tinha como proposta a criação de um sistema integrado, formado por bibliotecas escolares nas redes de educação municipais, estaduais e federais. O programa buscava conscientizar e mobilizar a sociedade e o poder público para a criação de manutenção de bibliotecas escolares adequadas às necessidades do sistema educacional do país (CFB, 2008).

Essas e outras ações deram impulso a necessidade de uma legislação voltada exclusivamente às bibliotecas escolares, o que resultou na Lei 12.244/2010, aprovada em 24 de maio de 2010, que trata da universalização das bibliotecas escolares no país. Esta Lei foi desenvolvida com base no Projeto de Lei n. 324/2009 de autoria do Deputado Federal Lobbe Neto (PSDB-SP) e estabelece o prazo de dez anos para que as todas a instituições de ensino do país adequem-se às exigências.

Art. 3 Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998. (BRASIL, 2010).

De acordo com Lei 12.224/ 2010, “As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei” (BRASIL, 2010, p.1) que as escolas públicas e privadas deverão investir em ações de implementação e estruturação de bibliotecas escolares, o que vai contra a atual realidade do Brasil, na qual a grande maioria das escolas não possuem de fato bibliotecas escolares, muitas vezes, dispõem apenas de salas de leitura, ou, “depósitos de livros” intitulados de bibliotecas.

O Art. 2º da Lei 12.244/10 define biblioteca escolar como “[...] coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”. Conceito um tanto quanto limitado, que exclui serviços tais como os processos de organização,

desenvolvimento de coleções e a promoção do acesso à informação; serviços estes vitais para o funcionamento de uma biblioteca.

Ainda em 2010, Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (GEBE/UFMG) lança o documento “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares” (GEBE, 2010), posteriormente reconhecido como recomendação oficial do CFB por meio da Resolução CFB n. 119/ 2011. Esse documento estabelece referências quanto a qualidade das bibliotecas escolares no Brasil, dividindo-se em duas seções, a primeira trata do planejamento de espaço físico: acessibilidade, acesso à internet, organização do acervo, serviços e atividades, recursos humanos; a segunda parte apresenta um instrumento de avaliação e planejamento dos indicadores da seção anterior.

A partir desse documento, em 2016, o CFB divulga um novo estudo do GEBE, uma cartilha complementar para atender às questões voltadas a distribuição do acervo e equipamentos nas bibliotecas escolares, buscando atender em nível básico dos parâmetros estabelecidos no documento anterior. Intitulado “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares Documento complementar 1: espaço físico”, a cartilha oferece modelos básicos de layouts para aplicação nos espaços de bibliotecas escolares, além de recomendações quanto à organização, armazenamento e decoração desses espaços.

Em julho de 2018, o CFB publicou a Resolução CFB nº 199/2018, que dispõe dos parâmetros para estruturação e funcionamento das bibliotecas escolares no país:

Art.1º Estabelecer como padrão os parâmetros para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares das redes públicas e privadas da educação básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). §1º Considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura, sendo considerado um dispositivo informacional obrigatório em todas as instituições de ensino públicas e privadas do Sistema de Ensino. (CFB, 2018).

Ao longo do texto, a Resolução destaca uma série de critérios indispensáveis ao funcionamento adequado das bibliotecas escolares, de forma a garantir que estes espaços atendam às proposições e desafios pedagógicos e informacionais encontrados no ambiente escolar.

§ 2º As bibliotecas escolares devem:

- a) dispor de espaço físico exclusivo e suficiente para acomodar o acervo, os ambientes para serviços e atividades dos usuários e os serviços técnico administrativos;
- b) possuir materiais informacionais atualizados e diversificados, que atendam às necessidades dos usuários;
- c) ter acervo organizado de acordo com as normas e padrões biblioteconômicos, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez;
- d) disponibilizar acesso a informações digitais (Internet);
- e) funcionar como espaço de aprendizagem;
- f) serem administradas por bibliotecários qualificados, apoiados por equipes adequadas em quantidade e qualificação para atenderem à comunidade.
- g) ter horário de atendimento adequado a toda a comunidade escolar, de forma a estar disponível a seus usuários também em horários de intervalo, a fim de proporcionar acesso à informação de forma irrestrita. (CFB, 2018).

A Resolução estabelece como prazo para adequação às exigências a data de 31/12/2020, o mesmo prazo estipulado para implantação da Lei nº 12.224/2010, o que vem a reforçar o cumprimento da referida Lei. Além disto, a Resolução evidencia a importância de investimentos governamentais na implantação de ações efetivas em prol das bibliotecas escolares:

Art. 4º Os Sistemas de Ensino da Educação Básica deverão desenvolver esforços para oferecer suporte financeiro/orçamentário para a universalização de bibliotecas escolares nas escolas públicas e privadas, de maneira a serem alcançados os parâmetros de qualidade estabelecidos nesta Resolução para estes dispositivos. Art. 5º As escolas dos Sistemas de Ensino, terão até 31/12/2020, para se adequarem às exigências desta Resolução. (CFB, 2018).

Atualmente tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 9484/18 de autoria da deputada Carmen Zanotto (PPS/SC) e da ex-deputada Laura Carneiro, que altera a Lei 12.244/10 ampliando o conceito de Biblioteca Escolar para “equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo” e propõe a criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). O texto do Projeto de Lei prorroga, para 2024, o prazo para que todas as escolas do país estejam adequadas às exigências e possuam bibliotecas com acervo de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado e com um bibliotecário atuando na escola.

Quadro 3 – Cronologia Legislação e ações em prol da Biblioteca Escolar no Brasil.

DOCUMENTO/ AÇÃO	ANO	O QUE DIZ
Decreto 7.247/ 1879	1879	Primeira menção a criação de bibliotecas nas escolas.
Reforma Benjamin Constant	1980	Faz menção a necessidade de bibliotecas nas escolas.
Lei n. 9.394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	1996	Apresentou medidas que melhoraram o financiamento do ensino no país, além de novos critérios de avaliação do sistema educacional, abriu precedentes para ações em prol das bibliotecas escolares.
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	1997	Destaca a importância da biblioteca escolar e das atividades de incentivo à leitura, pesquisa e difusão cultural.
Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE)		Tem a finalidade de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nas escolas públicas de todo o país, baseia-se na distribuição gratuitas de obras para o desenvolvimento de acervos em escolas públicas atendendo a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos.
Política Nacional do Livro (PNL)	2003	Assegura ao cidadão o uso e acesso aos livros reconhecendo sua importância na formação científica e cultural dos cidadãos.
Lei n. 10.753/ 2003	2003	Trata da produção intelectual nacional, e da difusão dos livros e seus suportes em meio digital impresso e até em braile.
Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)	2006	Regulamenta políticas públicas voltadas ao livro e a leitura no Brasil, com foco nas bibliotecas e na formação de mediadores de leitura.
Programa Mobilizador CFB	2008	Proposta de criação de um sistema integrado formado por bibliotecas escolares nas redes de educação municipais, estaduais e federais.
Lei n. 12.224/ 2010	2010	Trata da universalização das bibliotecas escolares no país, e estabelece o prazo de dez anos para que as todas as instituições de ensino do país adequem-se as exigências.
Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares		Estabelece referências quanto a qualidade das bibliotecas escolares no Brasil.
Resolução CFB n. 119/2011	2011	Reconhece como recomendação oficial do CFB o documento “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares”.
Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento parâmetros para bibliotecas escolares documento complementar 1: espaço físico	2016	Trata das questões voltadas a distribuição do acervo e equipamentos nas bibliotecas escolares, buscando atender em nível básico dos parâmetros estabelecidos no documento anterior.
Resolução CFB n. 199/2018	2018	Dispõe dos parâmetros para estruturação e funcionamento das bibliotecas escolares

		no país reforçando o cumprimento da referida Lei n. 12.224/2010.
Projeto de Lei n. 9.484/2018		Amplia o conceito de Biblioteca Escolar e propõe a criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares SNBE, prorroga para 2024 o prazo de adequação para todas as bibliotecas escolares do país.

Fonte: autor, 2019.

O atual cenário político demonstra um novo olhar sobre as questões ligadas à biblioteca escolar e seu papel no processo de aprendizagem nas escolas. Tais fatos geram novas e crescentes discussões a respeito do tema, não só no meio político, mas também na sociedade de forma geral. Porém, são necessárias ações efetivas que garantam o fomento à implantação e manutenção desses espaços de formação e aprendizagem contínua, é preciso deixar de lado a ideia da biblioteca escolar como um mero “depósito de livros”, uma “sala fechada e empoeirada”. Tais projetos e legislações são válidos, porém, são apenas o pontapé para construção de uma política firme e real das necessidades das bibliotecas escolares no Brasil.

3.4 Biblioteca Escolar, Bibliotecário e Professor

Ressaltam-se aqui as considerações da biblioteca escolar como agente pedagógico, pois, conforme mencionado, o processo de aprendizagem é um ato social, construído por meio da investigação e análise de situações e questionamentos. Sendo a Pedagogia uma ciência voltada ao estudo das práticas educativas, cabe a ela direcionar ações que integrem os produtos e serviços oferecidos pela biblioteca escolar, como forma de estabelecer um vínculo de integração entre alunos, professores e profissionais da biblioteca.

Para tal, a gestão pedagógica da escola necessita desenvolver continuamente a proposta da construção de saberes por meio do processo dialógico, integrando o processo de ensino-aprendizagem às vivências de seu ecossistema macro: a comunidade.

Garantir que a biblioteca escolar seja um espaço de democratização e acesso à informação é papel do bibliotecário, o qual deve atuar em conjunto com os professores e o corpo pedagógico, a fim de garantir que se desenvolvam

atividades de cunho educacional e informacional, voltadas à construção do conhecimento.

Lamentavelmente, ainda é comum no Brasil que, no sistema escolar, a importância do bibliotecário não seja reconhecida, muitas vezes, gerando a concepção de que o papel do bibliotecário seja de menor valia, podendo ser desempenhado por qualquer outro profissional. O bibliotecário é o profissional habilitado e responsável por estimular, coordenar e organizar o uso e gerenciamento de informações e o incentivo à leitura, a fim de apoiar, facilitar e colaborar com o processo de ensino e acesso à informação junto à escola e à comunidade.

O bibliotecário que atua na comunidade escolar necessita ter o compromisso com a função educativa da biblioteca, enxergar-se como coautor no processo de aprendizagem, no qual cabe a este profissional o gerenciamento da biblioteca escolar, bem como a disponibilização de ações participativas e democráticas.

É comum as bibliotecas escolares no Brasil serem colocadas como uma espécie de “bônus” nas escolas, sobretudo, na rede pública de ensino. Na maioria das vezes, o bibliotecário à frente dessas tem seu trabalho desvalorizado e desconhecido pela própria comunidade escolar. Como apresenta Silva (2004, p. 68):

Os professores, por sua vez, parecem colocar a biblioteca e os bibliotecários na posição de subalternos ou de apêndices do processo educativo, devendo por isso mesmo, cumprir e nunca questionar (ou ao menos enriquecer) os procedimentos oriundos dos contextos da escola.

A integração entre professores e bibliotecários se faz indispensável na construção de uma biblioteca escolar forte e atuante, junto à comunidade. Conhecer o projeto pedagógico da escola, inserir a participação da biblioteca nas atividades curriculares e trabalhar de forma cooperativa são algumas ações de trabalho, essenciais por parte de bibliotecários e professores. A parceria entre professores e bibliotecários se torna efetiva e ocorre quando estes compartilham e constroem experiências e conhecimentos voltados a atender aos objetivos da escola e da comunidade.

Quanto ao papel educador do bibliotecário, pode-se destacar além do apoio ao planejamento e desenvolvimento de atividades de cunho pedagógico,

as atividades que facilitam e garantem o acesso à informação, a orientação das atividades de pesquisa e incentivo à leitura. Segundo Campello (2009, p.9), a função educativa do bibliotecário diz respeito ao desenvolvimento de habilidades informacionais, contribuindo para a melhoria das capacidades de pesquisa e de leitura dos alunos, direcionando a uma educação capaz de permitir “aprender a partir de informações”.

Silva (2004) aponta em sua obra que as principais atividades pedagógicas do bibliotecário seriam:

1 - Superar a concepção utilitarista da biblioteca, na qual as ênfases as funções técnicas passam a ofuscar as funções sociais do bibliotecário;

2 - Realização de projetos e programas que popularizem os serviços da biblioteca escolar, evitando a realização de meros eventos esporádicos;

3 - A adequação às peculiaridades e regionalidades em que se situam a biblioteca escolar;

4 - Relatos, análise e avaliação de experiências vividas no contexto da biblioteca, possibilitando o surgimento de novas teorias e práticas neste espaço.

Com base no exposto, afirma-se que o bibliotecário enquanto educador, para desenvolver seu trabalho, necessita receber apoio pedagógico dos professores e da escola de forma geral, é preciso ainda que estejam bem delimitadas as devidas competências e responsabilidades de bibliotecários e professores no âmbito da escola, haja vista que o trabalho de ambos deve estar integrado e direcionado ao desenvolvimento e uso de práticas pedagógicas que possam, em conjunto, criar ações educativas junto à comunidade escolar.

4 A BIBLIOTECA ESCOLAR E A APLICABILIDADE DA TEORIA SISTÊMICA

Pensar a biblioteca escolar como um centro de informação e comunicação voltado à comunidade interna e externa da escola, vai de encontro ao papel sociocultural, político e educativo que as escolas têm como missão na sociedade. Apoiar o desenvolvimento da comunidade em que se situa, oportunizando possibilidades de geração de conhecimentos para a vida, deve ser parte da missão do sistema escolar.

Convém lembrar que a comunidade das bibliotecas escolares não é composta somente por alunos, mas também por professores, funcionários da escola, pais de alunos e a comunidade na qual se encontra inserida. Desta forma, não basta conhecer as características dos alunos, considerados usuários reais da biblioteca, mas também as da comunidade de maneira geral. (BESSA, 2011, p. 49).

A biblioteca escolar, como um centro de informação e comunicação, deve atuar como uma ferramenta de apoio às atividades da escola e da comunidade, facilitando, a seu público, o acesso aos recursos de informação para estudo e recreação. Por ser esta o primeiro tipo de biblioteca que a maioria dos usuários conhece, ainda durante a infância, a biblioteca escolar tem a importante missão de trabalhar árdua e exaustivamente a formação de leitores e o uso das competências em informação.

No documento Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar, de 1999, entre os objetivos da biblioteca escolares encontra-se o seguinte: “promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu derredor” (IFLA, 2000, p. 3). Esta colocação deixa clara a importância da biblioteca escolar participativa na vida não só da escola, mas de sua comunidade.

Quanto às tipologias de bibliotecas elencadas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), as Bibliotecas Escolares:

Tem por objetivo atender os interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalha em consonância com o projeto pedagógico da escola na qual está inserida. Atende, prioritariamente, alunos, professores, funcionários da unidade de ensino, podendo, também, ampliar sua ação para atender os familiares de alunos e a comunidade moradora do entorno. Está localizada dentro de uma unidade de ensino pré-escolar, fundamental e/ou médio. Segue os preceitos do Manifesto da IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar e no Brasil a Lei no.

12.244 dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país. (SNBP, 2015, p.2).

Os objetivos da biblioteca escolar devem decorrer dos objetivos da escola, sendo membro integrante da comunidade local e peça fundamental na construção social de seu meio interno e externo, e, por sua vez, deve pensar, neste mesmo sentido, em promover transformações na vida dos alunos e da comunidade. Oferecer ações e intervenções que envolvam a escola, biblioteca e comunidade são estratégias necessárias para gerar conhecimentos e experiências significativas na construção de vida dos atores envolvidos nesse processo. Essa construção possibilita uma inter-relação da escola com seu ambiente externo, atuando diretamente na formação da cidadania.

Trazendo para este cenário o conceito de comunicação como o ato de transmitir, informar e dar conhecimento de algo, destacam-se dois tipos de comunicação: a unilateral e a bilateral. Sendo a comunicação unilateral aquela na qual apenas o emissor atua, e o receptor permanece passivo sem que haja nenhuma reciprocidade. Como exemplos de comunicação unilateral, têm-se os outdoors, mensagens de rádio e televisão, discursos etc. A comunicação unilateral habitualmente é estabelecida à distância, por difusão, na qual um emissor comunica para vários receptores como no caso do cinema, televisão rádio e a imprensa em geral.

Em contrapartida, apresenta-se a comunicação bilateral, que tem como base a reciprocidade entre emissor e receptor, ela ocorre em duplo sentido no qual emissor e receptor trocam mensagens. A comunicação bilateral ocorre no caso dos diálogos, no qual há um intercâmbio de mensagens. Com base no processo dialógico, como uma comunicação bilateral, afirma-se que a escola e todos que integram o sistema educacional devem voltar sua atuação a esse fim: comunica-se com seus meios interno e externo de modo a promover o intercâmbio de informações, cabe lembrar que o meio externo também gera e produz informação, o que o torna ativo no processo comunicacional.

Uma vez que atualmente as bases do sistema educacional nacional, conforme mencionado anteriormente, foram consolidadas a partir das teorias da *educação libertadora* de Paulo Freire, unindo-as aos princípios da comunicação bilateral a teoria dos *Ecossistemas Comunicacionais*, e direcionando-os à

biblioteca escolar, é possível compreender a importância da atuação dessa como espaço de informação e comunicação em seu meio ambiente.

Ao promover o acesso à informação, a biblioteca escolar possibilita, por meio de processos comunicacionais e informacionais, a construção de conhecimentos, reforçando laços de afetividade e o compromisso social no ambiente escolar e fora dele. A aplicação da teoria ecossistêmica no ambiente escolar permite a transferência de informações, a participação social, o uso de novas metodologias e de linguagens que contribuam solidamente para um bom fluxo da comunicação nesse ecossistema *comunidade - escola - biblioteca escolar*.

A escola está inserida em uma comunidade, portanto, é parte dela, por isso deve conhecer e aproximar-se das lideranças comunitárias (igrejas, associação de moradores, demais associações, conselho tutelar, grupos artísticos e folclóricos etc..) procurando, assim, conhecer e integrar o contexto histórico e cultural da comunidade. Escola e biblioteca escolar necessitam criar situações favoráveis ao surgimento de parcerias e de diálogos produtivos com a comunidade externa e suas lideranças.

É fundamental que cada ator assuma seu papel e seus compromissos com o sucesso dessas parcerias. Todos devem estar engajados em compreender e conectar-se com o processo, uma vez que fazem parte de um todo interligado, formando um ecossistema no ambiente educacional. A biblioteca escolar deve ser responsável pela disseminação de informações e conhecimentos, os quais são indispensáveis, não só para o processo ensino-aprendizagem nas salas de aula, mas também para uma formação democrática cidadã, voltada aos interesses e crescimento da comunidade a qual pertence.

Além dos alunos, a biblioteca escolar também precisa desenvolver um papel de centro de aprendizagem e conhecimento sem fronteiras para professores, funcionários, pais e muitas vezes para a comunidade externa, possibilitando um acesso permanente ao seu conteúdo de qualquer ponto do mundo (DAS, 2008, p.3).

A escola tem papel fundamental na construção da cidadania local e busca constantemente crescer se inter-relacionando não somente com seus alunos e suas famílias, mas também com o ecossistema em seu entorno, tornando-se um diferencial positivo para este. Desta forma, é necessário que a biblioteca escolar

planeje e promova ações que estejam de acordo com os objetivos da escola para com a comunidade: identificar e reconhecer pontos positivos e negativos de seu entorno, a fim de participar de forma ativa na conquista de melhorias significativas para o ambiente que integra.

A biblioteca da escola deve acompanhar este interesse e crescimento da escola em direção ao seu ambiente externo. A biblioteca escolar deve se consolidar como um espaço e apoio às atividades acadêmicas para alunos professores e funcionários, bem como promover, junto à comunidade, o acesso aos recursos informacionais e comunicacionais com fins de estudo e lazer. Para tal, deve realizar atividades de cunho educativo (incentivo à leitura, informação para vida, competência informacional), cultural (ações culturais de integração e conscientização social) e técnico (gestão, organização e disseminação dos recursos informacionais e tecnológicos).

As competências que envolvem o fazer da biblioteca escolar estão diretamente ligadas aos sistemas e relações existentes dentro e fora dos muros da escola, uma vez que está situada num “sistema macro”, numa comunidade e ela própria, a escola, gera um sistema educativo, sendo a biblioteca escolar um subsistema integrante deste sistema educativo e, por conseguinte, da comunidade. Esse ecossistema de relações e comunicações integram, interagem e influenciam diretamente as transformações que ocorrem em todos os outros subsistemas que compõem o todo da comunidade. Na sessão seguinte, serão apresentadas práticas a serem aplicadas no contexto da biblioteca escolar que permitam a elas atuação como agente de transformação em seu meio ambiente.

4.1 Incentivo à leitura

A leitura é a principal ferramenta para contribuir com o aprimoramento da imaginação e da criatividade. Logo, a criança que lê desde cedo e recebe estímulos no seio familiar, aprende melhor, comunica-se e interage de forma mais espontânea. A leitura é atividade fundamental para o desenvolvimento de todas as áreas do conhecimento, contribuindo diretamente na formação do ser humano. Trata-se também de um patrimônio histórico, pois transmite a herança

cultural de um povo por meio de interpretação do registro escrito, permitindo ao homem situar-se no mundo.

A leitura contribui diretamente para a formação da personalidade dos indivíduos, oportunizando descobertas sobre o mundo que os cerca, tornando-os capazes de reflexões e discussões de suas realidades individuais e coletivas. Atividades que promovam a leitura no ambiente escolar e fora dele possibilitam o desenvolvimento de novos conhecimentos, aproximando-os do universo da leitura.

O ato de ler deve ser motivado e sua prática favorece a construção de valores e do senso crítico. Esta motivação deve surgir inicialmente no ambiente familiar e ser também continuamente desenvolvida nas escolas. É uma experiência individual, um processo de decifração, Martins (2006, p. 30) considera a leitura como:

[...] um processo de compressão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem. Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido.

A partir desta concepção, entende-se que o leitor deve ser capaz de decifrar não somente símbolos e sinais, mas também desenvolver uma compreensão que dê significado a esses símbolos e sinais. No que diz respeito ao caráter crítico da leitura, Silva (2004) assegura que ler se torna um ato perigoso para os que detêm o poder e expõe os seguintes motivos para tal afirmação:

- o ato de ler é fundamentalmente um ato de conhecimento. E conhecer significa perceber mais contundentemente as forças e as relações existentes no mundo da natureza e no mundo dos homens, explicando-as. Aos dominadores, exploradores ou opressores interessa que as classes subalternas não percebam e nem expliquem as estruturas sociais vigentes e o regime de privilégios;
- a escrita tem sido utilizada como um instrumento de domínio de uma classe social sobre outras. Por isso mesmo, a manutenção de uma grande massa de iletrados ou semiletrados tem uma razão de ser. Interessa à classe dominante que ao lado de uma indústria da “fome de alimento” também exista uma indústria da “fome de ler”;
- as possibilidades do exercício da crítica através da leitura de livros (ou similares) são maiores do que aquelas proporcionadas por outros veículos de comunicação. A censura de livros não é semelhante à censura da televisão ou rádio. O aumento do público leitor significa o acesso a informações não atingidas pela “tesoura” da censura e, por isso, mesmo mais objetivas em termos de colocação. Imagine o “problema” que seria criado para a ideologia dominante se a maior

parte da população brasileira tivesse acesso, por exemplo, à leitura das obras completas de Marx, Engels, Mao Tse Tung, Gramsci, Paulo Freire, etc ... (SILVA, 2004, p. 12).

A leitura deve ser um exercício contínuo, fazendo parte da vida das pessoas, independentemente do tipo: escrita, expressões ou acontecimentos, ela colabora para a formação crítica, intelectual e pessoal e de cada indivíduo e, por meio dela, somos levados a reflexões e aprendizados. Além disso, a leitura desenvolve a linguagem, habilidade e pronúncias que constroem um bom vocabulário e ortografia.

Britto (2006, p. 84) aponta o ato de ler como uma “ação cultural historicamente construída”, uma vez que a leitura é um processo intelectual e que cada indivíduo processa as informações de acordo com seus valores e experiências. É necessário que a leitura da palavra seja precedida pela “leitura de mundo”, pois antes de ser alfabetizado e capaz de ler palavras e livros, o indivíduo deve ser capaz de ler o mundo, os acontecimentos, sensações e sinais que o cercam diariamente.

Uma criança que ainda não foi alfabetizada e não sabe ler, é capaz de reconhecer sons, cheiros, sabores, imagens etc., e fazer a ligação com sensações e acontecimentos e, a partir disso, passa a desenvolver uma compreensão do mundo ao seu redor. A leitura juntamente com a escrita são instrumentos que viabilizam o homem a alcançar a democracia e o poder individual, utilizando-a para interpretar e transformar a sociedade. A leitura é, portanto, um ato político, no qual agentes (alfabetizadores, professores, bibliotecários, familiares) formam leitores, com o intuito de construir mudanças na realidade social de sua comunidade.

Na infância, ocorrem os contatos iniciais com a leitura, quando estimulada a ler desde cedo, seja em casa ou na escola, a criança se torna muito mais propensa ao desenvolvimento da criatividade e adquire mais facilidade da escrita e do diálogo. Vale ressaltar que a leitura não deve ser obrigatória, ela precisa ser uma atividade prazerosa e que contribua para a formação individual e social do leitor, um bom leitor deve ler por sua vontade própria, sem cobranças, sem obrigações com a leitura do texto ou análises do mesmo.

Por que ler? A leitura proporciona um esforço intelectual que permite uma compreensão ampliada do mundo e dos fenômenos que nos cercam, estimula a

criatividade e a produtividade. Inúmeras são as razões para o exercício da leitura: estimula as funções cerebrais, criatividade e concentração; amplia o vocabulário; desenvolve o pensamento crítico; melhora as habilidades de escrita e comunicação entre vários outros benefícios. Quanto aos tipos de leitura, Silva (2004, p. 53) define três categorias básicas:

Quadro 4 – Categorias básicas de leitura.

TIPOS DE LEITURA	
INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Atualiza os conhecimentos que ocorrem em determinado contexto. • Permite a coleta de ideias para um posicionamento crítico mediante os fatos.
CONHECIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Está diretamente relacionada com processos de pesquisa e estudo. • Está relacionada com responsabilidades sociais como formação profissional e intelectual.
LAZER	<ul style="list-style-type: none"> • Ligada a gêneros literários, tais como poesia. • Propões horizontes ilimitados, alimenta a consciência e permite chegar a conhecimentos diversos.

Fonte: Silva, 2004, p. 54.

Sendo assim, é possível concluir que o leitor, ao decodificar uma linguagem, torna-se capaz de compreender e integrar a realidade que o cerca. Ainda na infância, o ambiente familiar e a escola devem proporcionar condições que estimulem e facilitem o exercício da leitura. Em casa, algumas atitudes devem ser introduzidas na rotina das crianças, tais como: ler e contar histórias frequentemente; incentivá-los a montar um cantinho com seus livros; instruir as crianças a reservarem um momento dedicado à leitura.

No caso da escola, é necessária a implantação de projetos e eventos que incentivem a leitura, além da existência de uma biblioteca escolar que atenda às necessidades da escola e da comunidade. A biblioteca escolar é um centro de informação especializado e deve satisfazer as necessidades de seus usuários, atuando no processo de aprendizagem e acesso à informação no ambiente interno e externo da escola.

A biblioteca escolar, nesse contexto, surge como um espaço de mediação da leitura, capaz de motivar e facilitar o acesso à leitura por parte de alunos professores e toda comunidade a qual a escola pertence. É papel fundamental da biblioteca escolar instigar o incentivo à leitura, por meio de ações dinâmicas,

que possibilitem a inter-relação entre educação e informação, além de despertar o interesse da sociedade pela literatura, colaborando assim para o exercício da cidadania, por meio de cidadãos críticos e conscientes.

A escola e a biblioteca escolar têm a responsabilidade de fomentar a leitura e a cultura, preparando os alunos para serem cidadãos críticos e criativos. A biblioteca escolar deve dispor de obras que atendam aos interesses dos alunos e professores, que sejam capazes de atender suas necessidades de leitura, no qual o leitor possa definir qual o melhor e mais adequado tipo de leitura: informativa, de conhecimento ou de prazer. A comunidade deve encontrar na biblioteca escolar materiais que deem apoio às necessidades básicas de informação.

Cabe à biblioteca escolar identificar as particularidades de seu público, para que seja possível mediar atividades que promovam e mantenham o estímulo ao ato de ler. Na escola, a promoção da leitura está diretamente ligada a Biblioteca Escolar, que necessita desenvolver projetos voltados a este objetivo, o acervo não deve ser a única razão de existência de uma biblioteca escolar. Esses projetos devem integrar a escola e comunidade, a fim de unir forças para o fortalecimento das relações da escola com a comunidade, atividades tais como (SILVA, 2004; CAMPELLO, 2009; CAMPELLO, 2010):

- a) Campanhas de arrecadação e troca de livros e gibis: promoção de encontros para troca de materiais de leitura diversos;
- b) Clube da Leitura: encontros regulares para partilha de opiniões e experiências sobre obras pré-definidas, geralmente ocorrem encontros mensais;
- c) Contos dramatizados: contação de histórias adaptadas ao teatro com a participação dos usuários da biblioteca ou de recursos como fantoches ou marionetes;
- d) Exibição de filmes: podem ser apresentados filmes originados ou relacionados com obras literárias, e até mesmo com temáticas socioculturais;
- e) Oficinas de contação de histórias: narrativas e roda de histórias que apresentem produções literárias;
- f) Feira literária: exposição da produção de pequenos textos, contos produzidos a partir de leitura de uma obra;

- g) Encontros literários com a presença de autores: em conversa com público o autor convidado apresenta e discute os aspectos de sua obra.

Ao promover atividades práticas de incentivo à leitura, a biblioteca escolar colabora com a popularização da cultura e a formação da cidadania, permitindo a seu público que participem e atuem diretamente na construção da identidade e história da comunidade local. A escola e a biblioteca devem despertar em seu meio habilidades e competências direcionadas à leitura, uma vez que o gosto pela leitura é um exercício constante, que deve ser incentivado e explorado a partir da diversidade textual e sociocultural.

4.2 Pesquisa e Competência Informacional

A Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC) surge a partir de estudos na década 90 e trata do acesso à informação e ao conhecimento de forma universal e democrática, por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a internet surge como principal ferramenta nesse processo. A SIC se desenvolve a partir das interações e colaborações, nela os indivíduos discutem, ensinam e aprendem entre si, envolvendo todas as áreas do conhecimento (BURCH, 2005).

O conhecimento pode ser compreendido como a capacidade do indivíduo de, diante da informação, desenvolver uma competência reflexiva, estabelecendo conexões com outros conhecimentos e aplica-los nas mais diversas situações. Rezende e Abreu (2000, p. 60) esclarecem a diferença entre informação e conhecimento:

Informação é todo o dado trabalhado, útil, tratado, com valor significativo atribuído ou agregado a ele, e com um sentido natural e lógico para quem usa a informação computacionais, possibilitando a geração de cenários, simulações e oportunidades, pode ser chamada de conhecimento. O conceito de conhecimento complementa o de informação com valor relevante e de propósito definido.

Com base nessas definições, a SIC apresenta a ideia de um ecossistema movido e alimentado pelas inovações e tecnologias, que possibilitem uma rápida e eficaz disseminação de informações.

As inovações tecnológicas estão presentes diariamente nas relações e sistemas humanos e se relacionam principalmente com as tecnologias de informação e comunicação, tornando-se fundamentais para os estudos no campo educacional, uma vez que o homem, a partir de uma informação, gera novos conhecimentos, que por sua vez dão origem a uma onda de novos conhecimentos. A SIC oferece uma série de transformações culturais, sociais, políticas e econômicas.

Por se tratar de um sistema que gera redes de conhecimento e facilita o acesso à informação, passa a disponibilizar uma série de fontes informacionais nas mais diversas áreas do saber. A popularização do uso das tecnologias de informação e comunicação abrem precedentes para a necessidade constante de treinamento e acompanhamento para aqueles que a utilizam, tal necessidade se justifica para evitar uma exclusão digital daqueles que, de alguma forma, são forçados a utilizar tais tecnologias.

Para o avanço da Sociedade da Informação, faz-se indispensável o desenvolvimento da Competência Informacional, uma vez que esta define um indivíduo como capaz de desenvolver habilidades para a pesquisa.

Esse conjunto de habilidade está sendo chamado de “competência informacional”, expressão traduzida de *information literacy*, que apareceu nos Estados Unidos na década de 70 e foi usada originalmente para designar habilidades para lidar com a tecnologia da informação, isto é, com computadores e redes eletrônicas. Atualmente, o termo designa, de forma ampla, o conjunto de habilidades necessárias para localizar, interpretar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação, esteja em fontes impressas ou eletrônicas. (CAMPELO, 2008, p. 9).

[...] usuários competentes em informação estão preparados para aplicar habilidades informacionais e de uso de biblioteca ao longo de sua vida. Ou seja, uma pessoa competente em informação domina as habilidades necessárias para desenvolver o processo de pesquisa. (KUHLETHAU, 1996, p.154 apud CAPELLO; ABREU, 2005, p.178).

Quando desenvolvida a Competência Informacional no indivíduo, este se torna capaz de aprender, investigar, analisar, gerar novos conhecimentos e entendem como a informação pode ser localizada e como utiliza-la de maneira eficiente.

O constante crescimento do número de informações e tecnologias gera a necessidade de que cada indivíduo seja capaz de reconhecer suas próprias

necessidades informacionais, sendo também capaz de buscá-las e transformá-las em novos conhecimentos ao longo da vida.

A *American Association of School Librarians* (ACRL) publicou nove diretrizes de competência em informação para a aprendizagem, divididas em três categorias:

Competência em informação - aluno é competente em informação quando: 1) acessa a informação de forma eficiente e efetiva, 2) avalia a informação de forma crítica e competente; 3) usa a informação de forma precisa e criativa

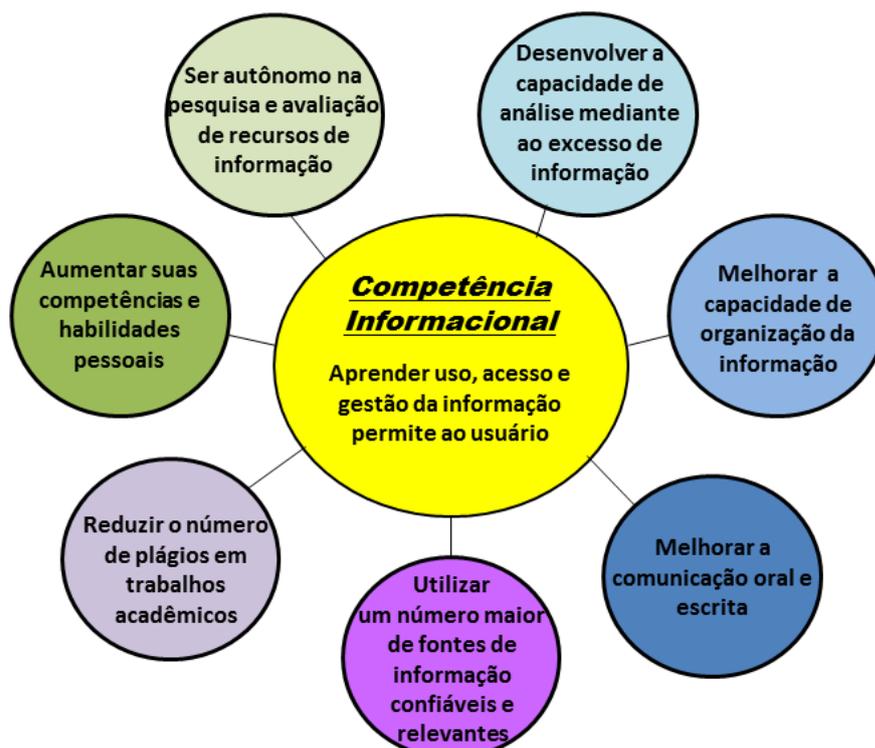
Aprendizagem independente - o aluno que aprende com independência é competente em informação quando: 4) sabe buscar com persistência a informação relacionada com os seus interesses pessoais; 5) aprecia a literatura e outras formas criativas de expressão da informação; 6) procura obter excelência na busca de informação e de geração de conhecimento.

Responsabilidade social - o aluno que contribui de modo positivo para a comunidade de aprendizagem e para a sociedade tem competência em informação: 7) reconhece a importância da informação para a sociedade democrática; 8) coloca em prática o comportamento ético em relação à informação e à tecnologia da informação; 9) participa efetivamente de grupos para buscar e gerar informação. (ACLR, 2000, p. 3).

A Pesquisa constitui uma atividade essencial para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem, inicia nas séries iniciais, estendendo-se por toda vida do educando. A pesquisa é um desafio, é preciso elaborar estratégias para a utilização dos recursos tecnológicos, que facilitem seus processos e que ao mesmo tempo sejam estimulantes ao público. A biblioteca escolar deve criar oportunidades que instiguem seus usuários a ampliarem conhecimentos e desenvolverem a curiosidade, criando um ambiente de apoio contínuo aos processos educacionais.

Nas escolas, as tecnologias de informação e comunicação devem ser introduzidas desde cedo na vida dos estudantes, com isso, destaca-se a importância da biblioteca escolar como um “laboratório” de práticas voltadas ao processo de aprendizagem. A biblioteca escolar deve oferecer a seus usuários atividades de apoio ao ensino e à pesquisa, estimulando a percepção e a criatividade, além de oferecer uma diversidade de suportes informacionais como materiais impressos, eletrônicos e virtuais.

Figura 4 – Competência Informacional.



Fonte: Adaptado de BIBLIOTECA CAMPUS GANDIA, 2017.

Constantemente o conceito de competência informacional está ligado quase que exclusivamente ao uso das tecnologias de informação e comunicação, porém é preciso ressaltar que vai muito além, envolvendo o processo de acesso e uso da informação que está interligado essencialmente à inovação, à produção de novos conhecimentos. As tecnologias são ferramentas e devem ser adaptadas às necessidades dos usuários, ampliam e facilitam as possibilidades de acesso à informação, porém a criatividade e as habilidades humanas é que geram novos conhecimentos.

Bawden (2001) aponta que competência informacional se diferencia de alfabetização computacional, pois o segundo termo define apenas o domínio de conhecimentos em informática e uso de computadores, saber operacionalizar hardware e software. Aponta que a alfabetização computacional não é suficiente para a geração de conhecimento e que a competência informacional só acontece quando o indivíduo possui os dois tipos de alfabetização: a computacional e a informacional.

No Brasil, com a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, surgiram, em sua complementação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997. Estes estabelecem que a conduta

educacional do sistema escolar deva propor desafios que desenvolvam, nos alunos, competências e habilidades na construção de conhecimentos e da autonomia intelectual. A contextualização deste cenário está diretamente ligada à competência informacional e à biblioteca escolar, que, por sua vez, tem o papel de mediar os processos de busca, acesso e uso da informação, levando o aluno a formar seu próprio significado a partir desta experiência.

A Competência Informacional no ambiente da Biblioteca escolar visa capacitar seus usuários por meio de ações planejadas que estimulem e possibilitem o acesso e uso a diversos recursos informacionais disposto de maneira que possam ser localizados e utilizados pelo próprio usuário, permitindo assim a familiarização com o processo de busca e pesquisa. Para o desenvolvimento de tais ações, é necessário que a biblioteca escolar ofereça um ambiente de fácil acesso, acolhedor e agradável para alunos, professores e a comunidade. Este espaço deve dispor ainda de um uma equipe capacitada, destaca-se que o bibliotecário deve assumir uma postura participativa nesse processo, tornando-se o mediador entre os usuários e a informação.

É fundamental que a biblioteca escolar integre as atividades que acontecem na escola, nas salas de aula e na comunidade, para que assim seja capaz de identificar e reconhecer as necessidades informacionais e tecnológicas de seu público.

Nesse contexto, a pesquisa escolar passa a ser realizada com a finalidade de desenvolver a capacidade de aprendizagem e ensino, tendo como objetivo despertar no indivíduo habilidades referentes à busca, compreensão e disseminação da informação. As etapas do processo de pesquisa na biblioteca escolar podem ser analisadas a partir dos seguintes aspectos (CAMPELLO; ABREU, 2005):

- a) Fontes de informação: conhecimento e autonomia no uso das fontes de informação, de forma coletiva ou individualizada.
- b) Tecnologias da informação: domínio do uso das tecnologias de informação e comunicação.
- c) Construção do conhecimento: uso da informação para construir novos conhecimentos.

- d) Uso do conhecimento: uso da informação aplicado a valores morais em prol de produzir benefícios para a sociedade.

As questões suscitadas pelos estudos e práticas da competência informacional estão diretamente ligadas à nossa contemporaneidade e que as mesmas podem colaborar para uma Sociedade da Informação mais inclusiva e conseqüentemente mais transparente, democrática e com práticas sociais mais justas.

A competência informacional envolve a compreensão das necessidades de si e do outro, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da sociedade e seu meio ambiente. A biblioteca escolar tem papel fundamental no desenvolvimento das competências informacionais, que serão utilizadas não só no meio acadêmico como também ao longo da vida, diretamente ligadas ao exercício pleno da cidadania, uma vez que estimulam o pensamento crítico e permitem transformações sociais que levam o indivíduo à consciência de integração e inter-relação como o meio ambiente ao seu redor.

4.3 Ações Culturais

Inicialmente, ao tratar de ações culturais, faz-se necessário apresentar algumas definições a respeito do conceito de cultura, uma vez que este norteia todas as perspectivas de uma ação cultural. A cultura pode ser definida como os costumes, crenças e tradições de um grupo de pessoas, representando o patrimônio social desse grupo. Esses comportamentos são repassados para as gerações futuras por meio da comunicação e conseqüentemente do aprendizado. Tais comportamentos influem diretamente na existência e convivência do homem em sociedade.

Santos (1999, p. 22) define cultura de forma mais genérica como tudo que caracteriza uma população, porém também apresenta duas concepções básicas de cultura:

A primeira dessas concepções preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou uma nação, ou então grupos no interior de uma sociedade.

Neste caso, [segunda concepção] quando falamos em cultura estamos nos referindo mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social. (SANTOS, 1999, p. 24).

Com base nessas colocações, a cultura pode ser considerada como um processo fruto da ação do homem, que se transforma e se materializa a partir das vivências e relações humanas. Quanto às características, a cultura apresenta-se como um conjunto de saberes de caráter, adquirida por meio de relações sociais e que segue transmitidas às gerações futuras. A cultura pode ainda ser associada a elementos materiais e elementos imateriais, no caso dos elementos materiais (acervo cultural) é representada por elementos concretos e palpáveis como museus, obras de arte, igrejas, culinária etc. Já os elementos imateriais (contexto cultural), dizem respeito aos valores comuns vivenciados entre os membros de uma sociedade tais como rituais, crenças, folclores, danças etc.

Ao tratar dos aspectos que envolvem a cultura, é necessário definir que, no caso da herança cultural, se trata do conjunto de elementos culturais que são transmitidos entre gerações. De acordo com Flusser (1983, p. 150), essa herança pode ser recebida de forma ativa, gerando uma reelaboração do que foi recebido, e de forma passiva, na qual apenas se recebe esses elementos sem que haja nenhum tipo modificação. Assim sendo, receber uma herança cultural pode ser algo positivo ou negativo como, por exemplo, o racismo, reservas naturais, artes etc., cabe ao indivíduo dar ou não continuidade a essa herança recebida, de forma a construir melhores condições de vida em harmonia com o meio em que habita.

A cultura é o resultado de práticas sociais humanas, sejam elas materiais ou imateriais, a definição de ação cultural pode ser entendida como a vontade de promover a cultura, mediação que busca criar acervos e contextos de cultura em uma determinada comunidade. Almeida (1987, p. 33) aponta o que seria uma ação cultural:

A ação cultural vai mais fundo. Busca a expressão e a criatividade dos indivíduos no grupo e na comunidade. Está ligada à ideia de transformação, de emancipação a partir da expressão. Diz respeito não apenas a produtos culturais acabados, como também às condições que levem à capacidade criativa, à produção cultural. Relaciona-se, por outro lado, ao processo de educação coletiva, no momento em que desenvolve atividades práticas e em que abre espaço para a troca de informações e a discussão sobre temas de interesse do grupo.

Nessa perspectiva, a ação cultural passa a ser entendida como um processo irrestrito e aberto a todos os campos do conhecimento, uma ação

coletiva que busca criar culturas em uma determinada comunidade ou ambiente. Durante esse processo, a interação do indivíduo com seu meio ambiente deve promover a criatividade e a transformação e o público passa a compor a ação tornando-se sujeito deste processo. Ações culturais devem ser pensadas e executadas com o intuito de gerar interação e acesso à informação, no caso das bibliotecas, mais especificamente a biblioteca escolar, essas ações devem buscar integrar a escola e seu meio ambiente, a comunidade.

As ações culturais vêm a ser atividades que mais concretizam a aproximação da biblioteca escolar como o meio ambiente externo à escola. As atividades de incentivo à leitura e de desenvolvimento de competências informacionais são de extrema importância no fazer existencial da biblioteca escolar, porém é por meio das ações culturais que estas outras atividades se projetam de forma direta na relação da escola com a comunidade na qual está inserida. As ações culturais possuem dimensões de atuação educativa, recreativa, política e social, com vistas à difusão da cultura e ao estímulo à geração de novos processos de transformação sociocultural. A seguir, serão apontados alguns casos que mostram como é possível e real essa integração *escola – biblioteca escolar – comunidade*.

4.4 A Biblioteca Escolar como agente transformador da sociedade: uma realidade possível

Os casos a serem apresentados a seguir ilustram que, com planejamento e investimentos (financeiros, recursos humanos e equipamentos), é possível a realização de atividades, ações e eventos que caracterizem a Biblioteca Escolar e a própria escola como espaço de construção da democracia, atuando diretamente na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com seus direitos e deveres para com a sociedade.

4.4.1 Planejamento estratégico de ação para a Biblioteca Franklin Cascaes em Florianópolis – SC

Quartiero e Campos (2015) apresentaram durante o XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Vitória-ES, o relato do

Planejamento estratégico de ação para a Biblioteca Franklin Cascaes, pertencente à Escola Básica Municipal Professora Herondina Medeiros Zeferino, na cidade de Florianópolis.

Esse planejamento realizado em 2016 tinha como visão “atingir o nível de excelência em satisfação de usuários do meio escolar e da comunidade em geral, proporcionando serviços com qualidade e eficiência”. (QUARTIERO; CAMPOS, 2016, p. 5).

O planejamento estratégico contava com ações de incentivo à leitura na comunidade escolar e na comunidade em geral, além de ações para captação de doações para o desenvolvimento do acervo da biblioteca. O destaque nesse planejamento se dá por ações de inclusão, na qual a escola, aos sábados, disponibilizaria seu espaço e estrutura para aulas de informática, direcionadas especialmente a pessoas portadoras de deficiências oriundas da comunidade em geral.

4.4.2 Entrelinhas: ensinando a comunidade a gostar de ler em Cascavel - CE

O projeto *Entrelinhas*: ensinando a comunidade a gostar de ler, desenvolvido desde 2017 por alunos do Ensino Médio da Escola Ronaldo Caminha Barbosa, em Cascavel, no Ceará, busca transformar a realidade de alunos e moradores da comunidade, uma vez que os alunos idealizadores do projeto fizeram uma pesquisa por meio de questionário junto à comunidade do entorno da escola e descobriram que grande parte não sabia ler ou escrever.

A partir dessa conclusão, os alunos Raquel Miranda Costa, David Nogueira da Silva e Karine Sousa Silva, idealizadores do projeto, partiram para ações de melhorias das estruturas da biblioteca escolar, bem como medidas de incentivo à leitura juntando escola e a comunidade, tais como:

[...] divulgação de poemas em postes e dentro das caixas de correio das casas da região, contação de histórias para crianças da educação infantil e do ensino fundamental, organização de oficinas de escrita e de rodas de conversa ao redor de uma fogueira para ouvir histórias de pescadores, empréstimo de livros entre grupos de amigos, distribuição de livros pela comunidade e realização de concurso de poesia entre os estudantes das escolas da região. (DESIGN FOR CHANGE, 2015).

Com o apoio da escola e da comunidade, tais ações conseguiram alcançar resultados positivos em 8 escolas e 12 comunidades vizinhas. Foi criada ainda uma página no Facebook para divulgação do projeto e dos resultados alcançados.

Fotografia 1 - Idealizadores do *Entrelinhas* durante premiação em 2017.



Fonte: DESIGN FOR CHANGE, 2015.

O Projeto *Entrelinhas* recebeu, em 2017, o prêmio *Criativos da Escola*, que compõe o *Design for Change*, movimento global que surgiu na Índia e está presente em 65 países, o prêmio encoraja crianças e jovens a transformarem suas realidades, reconhecendo-os como protagonistas de suas próprias histórias de mudança. (DESIGN FOR CHANGE, 2015).

4.4.3 Programa Comunidade Escola em Curitiba - PR

A Prefeitura Municipal de Curitiba mantém, desde 2005, o programa Comunidade Escola, no qual as escolas da rede municipal se mantêm abertas à comunidade aos sábados, as escolas se tornam espaços abertos de conhecimentos não só para a comunidade escolar, como também para a comunidade externa.

O programa oferece gratuitamente atividades socioeducativas realizadas por instituições da sociedade civil organizada de Curitiba, por voluntários e pela Prefeitura Municipal de Curitiba e coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2005). As atividades são planejadas por um grupo formado por representantes da comunidade, da escola

e da Prefeitura, e realizadas nos espaços da escola. O programa possui 5 eixos de atuação: Cultura, Educação Cidadania, Esporte e Lazer, Geração de Renda, Saúde.

As bibliotecas escolares atuam no planejamento e execução de atividades de todos os eixos que compõem o programa, integram oficinas de artesanato e empreendedorismo, oficinas de vídeo game, oficinas de introdução à robótica (voltada para as necessidades especiais de cadeirantes), oficinas de arte e cultura, gincanas de educação e conscientização no trânsito, atividades de incentivo à leitura como feiras e “piqueniques” literários, entre outros.

Fotografia 2 – Oficina de artesanato.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2005.

Nota: Oficina de artesanato realizada no dia 29/10/2019 pelas gerências das Bibliotecas Escolares do Programa Comunidade Escola.

Atualmente o programa atua em 28 escolas em Curitiba, situadas em áreas de vulnerabilidade social e oferecem ações culturais e educacionais que integram a escola e a comunidade local.

4.4.4 Bibliotecas Escolares Escolas do Futuro em São Carlos – SP

Moraes (2008) relata a experiência de uma rede de bibliotecas escolares no município de São Carlos-SP, o objetivo desta implantação seria “integrar a comunidade escolar e do bairro por meio de ações de fomento à leitura e acesso à informação” (MORAES, 2008, p. 22).

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de São Carlos, por meio da prefeitura municipal, criou o Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/São Carlos, o que gerou, em 2002, um projeto de implantação de uma

rede de bibliotecas escolares, as chamadas *Escolas do Futuro*. Tais Bibliotecas Escolares foram pensadas estrategicamente em pontos periféricos da cidade e instaladas nas Escolas Municipais de Educação Básica (EMEB), com o intuito de oferecerem condições mínimas de acesso à informação para a população carente. Desde 2005, São Carlos tornou-se uma Cidade Educadora, pois formalizou, neste período, a adesão à Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), segundo Moraes (2008, p. 25) apud Gadotti:

Uma cidade pode ser considerada como uma Cidade Educadora, quando, além de suas funções tradicionais – econômica, social, política e de prestação de serviços – ela exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos – crianças, jovens, adultos, idosos – na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora.

Partindo da definição de uma cidade Educadora, São Carlos investiu numa política educacional capaz de aproximar a escola e a comunidade, em busca de uma escola aberta e participativa com seu meio externo. Dentre os princípios básicos que norteiam o projeto *Escolas do Futuro*, destaca-se que “A biblioteca escolar é para a comunidade e não é da escola – é preciso negar esse conceito errado de pertencimento que a comunidade escolar tem da biblioteca e do bibliotecário” (Moraes, 2008, p. 27).

Para a concretização dessa proposta, os espaços foram projetados e construídos de forma a abrigar as Bibliotecas Escolares com uma infraestrutura pensada para oferecer serviços com qualidade, conforto e segurança a seu público.

Fotografia 3 – Prédio modelo Bibliotecas Escolares Escolas do Futuro.



Fonte: JMN ARQUITETURA, 2001.

Para consolidação das atividades das bibliotecas escolares com a comunidade foram planejadas uma série de ações com envolvimento do meio interno e externo da biblioteca, em parceria com outros eventos educacionais e culturais da cidade, conforme a seguir:

Quadro 5 - Ações do Projeto Bibliotecas Escolares Escolas do Futuro

BIBLIOTECAS ESCOLARES ESCOLAS DO FUTURO	
PROGRAMA DE INCENTIVO AO LIVRO E À LEITURA	
Barganha Book	Feira de troca de livros com edições fixas e itinerantes.
Parceiros da Leitura	Campanha de doações de livros novos a partir da indicação de títulos criteriosamente selecionados e cadastrados em um banco de dados disponível no site Portal das Bibliotecas.
Viagem na Leitura	Projeto de fomento ao livro e à leitura realizado junto aos alunos das Escolas Municipais de Educação Infantil, com contação de histórias, mediação de leitura e visitas às bibliotecas públicas.
Estação Leitura	Evento realizado sempre no mês de outubro em comemoração à Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, este evento procura explorar a produção literária brasileira, dedicando a um escritor brasileiro o evento do ano e premiando os escritores da cidade. Feira do Livro e da Leitura; com participação dos alunos da rede das escolas municipais.
Feira do Livro e da Leitura	Em conjuntos com as escolas da rede municipal.
Entre na Roda	Formação de rodas de leitura nas comunidades do entorno das escolas.
PROGRAMA DE ACESSO À INFORMAÇÃO*	
São Carlos de Todos Nós	Projeto de educação patrimonial, de memória e preservação.
Portal das Bibliotecas do Município de São Carlos	Tem como objetivo principal disponibilizar o catálogo online do acervo das bibliotecas integrantes do Sistema, colocando à disposição do cidadão um serviço virtual de informações bibliográficas, além de outras informações relativas aos serviços e produtos oferecidos.
Pesquisa Escolar	Internet Banda Larga em todas as Escolas do Futuro, além de cursos de usos de fontes de informação para alunos e professores da rede.
PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL	
Informática nas Escolas do Futuro	Cursos de informática básica em Linux e Internet para todos os alunos das 4º séries do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino e também para a comunidade.
Infocentros	Acesso à Internet nas salas de informática, a toda comunidade da escola e do bairro, além dos cursos para uso de outras ferramentas em Linux.
Viva Braille	Espaço especial dedicado aos deficientes visuais com objetivo de promover a sua inclusão social por meio de sua inclusão digital, oferecendo equipamentos e softwares especiais que permitem o acesso à informação registrada em papel e em outros suportes digitais e eletrônicos, além de um acervo em Braille e sonoro. Complementa esta tarefa atividades de mobilidade e cursos especiais de informática e aprendizado do Braille
PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL	
Conjunto de atividades que promove, por meio de datas e comemorações especiais, a diversidade cultural local, regional e nacional. Realizadas em parcerias, com exposições e oficinas, Festa Junina, Festa do Folclore, Festa da Primavera, entre outros.	
PROGRAMA DE GESTÃO E POLÍTICAS	

Conjunto de ações para a gestão e manutenção das bibliotecas de modo eficiente e participativo. Tem como principais ações a implantação do Comitê Gestor do SIBI-São Carlos, o Conselho de Usuários do SIBI e a implantação do Fundo Municipal do Livro.

- **Adote uma Biblioteca**, projeto para captação de recursos para manutenção das Bibliotecas junto à sociedade da cidade de São Carlos.

Fonte: Adaptado de Morais, 2008.

Nota: *projetos em parcerias, como **Projeto Sala Verde** na área de educação ambiental, que tem um acervo fixo na Biblioteca Pública Municipal Amadeu Amaral, porém as atividades e acervos itinerantes estão localizados nas Bibliotecas Escolares das Escolas do Futuro.

Atualmente o projeto conta com 10 unidades que atendem alunos, professores e funcionários das EMEB, além das comunidades em seu entorno, oferecendo ações contínuas de acesso à leitura, informação de forma democrática e inclusiva.

4.4.5 Bibliotecas Escolares da Rede Estadual de Educação de Itacoatiara - AM

Na Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara - AM (CREI), a bibliotecária Nábia Santeiro coordena e desenvolve, nas 8 bibliotecas escolares da rede estadual de educação, atividades de incentivo e promoção à leitura (IV MOSTRA..., 2019). Essas atividades são desenvolvidas nas escolas e em espaços públicos e contam com a participação das famílias e da comunidade, como é o caso da Escola Coronel Cruz, que atende alunos das séries do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, na qual a biblioteca escolar frequentemente realiza ações voltadas à leitura no espaço da Praça da Matriz, localizada em frente da escola.

Além dessas atividades, as bibliotecas oferecem, em seus espaços, o livre acesso à comunidade em geral para consulta e estudos. Anualmente, no mês de novembro, as bibliotecas da CREI realizam a Mostra de Bibliotecas Escolares da Rede Estadual de Ensino, que acontece também em espaços públicos.

A edição de 2019 foi realizada na Avenida Parque da Cidade, local estrategicamente pensado para promover uma maior divulgação do evento, tendo como objetivo apresentar a comunidade às atividades desenvolvidas nas bibliotecas escolares da rede estadual, no município de Itacoatiara no decorrer do ano letivo.

Fotografia 4 – IV Mostra de Bibliotecas Escolares da Rede Estadual de Ensino em Itacoatiara.



Fonte: adaptado de IV MOSTRA..., 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o enredo desenvolvido no decorrer desta pesquisa, intitulada *A Biblioteca Escolar como agente transformador da sociedade: uma perspectiva ecossistêmica*, muito ainda há a ser explorado no contexto da biblioteca escolar voltada não somente à escola, mas também à comunidade. O tema da pesquisa não se encontra explorado com frequência nas bibliografias relacionadas às bibliotecas escolares, o mesmo ocorre no contexto da educação ou informação quando se trata de bibliotecas escolares.

Buscando alcançar os objetivos propostos, foi necessário aprofundar a compreensão sobre a teoria sistêmica e suas relações com os processos de comunicação e informação, para um melhor esclarecimento acerca do tema trabalhou-se as proposições de Bertalanffy, bem como as colocações de Chiavenato (2011), e Luhmann (1998), entre outros autores.

Quanto às bases do pensamento sistêmico e os ecossistemas comunicacionais, foram estudados e relacionados os conceitos apresentados por Capra (1982), Edgar Morin (1984), Arne Naess (1912-2009) e Pereira (2012), que tratam da importância e da aplicabilidade do pensamento sistêmico na vida humana. Mais adiante foram relacionados os elos e conexões existentes entre a teoria sistêmica e educação, partindo das colocações de Paulo Freire quanto a educação libertadora e o princípio da escola como um sistema aberto e que pertence legitimamente a uma comunidade, esta deve contribuir e integrar-se a sua comunidade. E a biblioteca escolar, por estar incluída no sistema escolar, torna-se parte dessa relação, tendo como principal missão atender aos objetivos da escola.

Foram apontados diversos autores que definem a biblioteca escolar como um laboratório de aprendizagem, que tem como dever apoiar ações pedagógicas e proporcionar subsídios ao desenvolvimento do pensamento crítico e a autonomia de aprendizado em seu público. Foi ressaltada em vários momentos a importância desse tipo de bibliotecas estar a serviços da escola e da comunidade, sendo legitimada essa premissa a partir de estudos e recomendações da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), além de autores como Tarapanoff (1984) e Lankes (2016), entre outras fontes.

Com o embasamento das questões anteriores, realizou-se um mapeamento dos fundamentos e questões que cercam a existência e funcionamento das bibliotecas escolares em nível nacional. Foram analisados e apresentados documentos, dispositivos legais e ações em prol das bibliotecas escolares acerca de sua importância no desenvolvimento do homem como um ser crítico, cidadão e ecossistêmico. A partir da compreensão desses fatores, o estudo direcionou-se a aplicação da teoria sistêmica no contexto das bibliotecas escolares como agentes de transformação social.

Adiante o estudo evidenciou a aplicabilidade da teoria dos ecossistemas comunicacionais no ambiente da biblioteca escolar, uma vez que a comunicação é parte vital a existência humana e se faz presente em todos os ambientes e relações em sociedade. Foram apresentadas ações efetivas que possibilitam a biblioteca escolar alcançar a proposta desta pesquisa, tais como: o incentivo à leitura, a competência informacional e as ações culturais voltadas à participação da escola e da comunidade.

Fixou-se a importância da comunicação entre a biblioteca escolar e seu meio ambiente interno e externo, a fim de cumprir sua missão como parte integrante e participativa do ambiente escolar e da comunidade. O estudo evidenciou casos nacionais em que a perspectiva sistêmica, aplicada às práticas da biblioteca escolar, resultou em transformação social do homem e seu ecossistema, uma vez que as teorias e conceitos levantados e apresentados nessa investigação constantemente apontam em um único sentido: a construção da existência do homem em equilíbrio com meio integrante.

Com base nos estudos realizados, ficou claro que a teoria dos sistemas se faz presente e aplicável em todos os campos do conhecimento, porém ainda falta um olhar mais aprofundado quanto a essa questão em grande parte das ciências. Na comunicação, bem como na educação, essa perspectiva se faz mais presente, é assimilada com maior frequência e clareza em vista de outras áreas do conhecimento, porém, no contexto em especial aqui tratado, das bibliotecas escolares, é latente o desconhecimento a respeito.

Em grande parte do Brasil, as bibliotecas escolares ainda são vistas como meros espaços de guarda de material, ou como uma espécie de “bônus” no ambiente escolar, quanto à atuação desta junto à comunidade externa. A situação é ainda mais preocupante, uma vez que na maioria dos casos, conforme

a literatura apresenta frequentemente, a biblioteca escolar é vista para atender, em caráter exclusivo, apenas o público interno da escola. Tal questão causou profundo inquietamento durante a pesquisa, uma vez que conforme apresentado, de forma enfática no decorrer deste estudo, existem vários documentos oficiais de órgãos nacionais e internacionais que tratam do caráter social das bibliotecas de forma geral, e em especial, da importância da ação das bibliotecas escolares junto à comunidade interna e externa da escola.

Uma das intenções iniciais da pesquisa foi apresentar casos regionais de bibliotecas escolares que trabalhassem a visão ecossistêmica em suas rotinas diárias, porém, no decorrer de dois anos e meio de pesquisas e buscas no contexto local, mais precisamente no Estado do Amazonas, foi encontrado somente um caso no município de Itacoatiara. Acredita-se que a falta de divulgação de tais ações nos meios de comunicação e por parte dos próprios órgão e entidades mantenedoras culmina para que essas não recebam o destaque e o mérito necessários, além de estímulos para continuidade dos projetos existentes e o surgimento de novas possibilidades dentro dessa perspectiva.

Esta pesquisa aponta a necessidade de novos estudos para aprofundamento acerca da importância e da conscientização da sociedade quanto à existência e o funcionamento das bibliotecas escolares em prol da comunidade interna e externa da escola, em especial recomendamos aqui dois estudos: um primeiro, direcionado aos bibliotecários e demais colaboradores que atuam nas bibliotecas escolares, e um segundo, voltado aos professores, gestores escolares e órgãos educacionais quanto ao tema tratado nesta pesquisa. Tais pesquisas se fazem de grande relevância, pois no decorrer deste estudo, por várias vezes, evidenciou-se o descaso e desconhecimento do tema por parte público e da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações de uma prática. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**, São Paulo, v. 20, n. ja/dez. 1987, p. 31-38, 1987. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/387/361>. Acesso em: 21 jul. 2019.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. 3. ed. São paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, Andréa Cristina Marques de; GOUVEIA, Luís Borges. **Uma revisão sobre os princípios da teoria geral dos sistemas**. Disponível em: [http://portal.estacio.br/media/3727396/uma-revis%C3%A3o-sobre-os princ% C 3%ADpios-da-teoria-geral-dos-sistemas.pdf](http://portal.estacio.br/media/3727396/uma-revis%C3%A3o-sobre-os-princ%C3%ADpios-da-teoria-geral-dos-sistemas.pdf) . Acesso em: 02. mar. 2019.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Presidential Committee on Information Literacy: Final Report**. Washington, D.C, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 23 abr. 2019.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information literacy competency for higher education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/informationliteracycompetenc>. Acesso em: 06 abr. 2019.

ASSOCIAÇÃO INTERANCIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Quem somos?**. Disponível em: <http://www.edcities.org/pt/quem-somos/>. Acesso em: 7 dez. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide Aparecida de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BATESON, Gregory. **Steps in ecology of mind**. New York: Ballantine, 1972.

Batista, Flávia Alves Bonsanto. **A relação entre educação e capitalismo: o aluno como "produto" da "indústria" escola**. 2011. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDI4.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BAWDEN, David. Information and digital literacies; a review of concepts. **Journal of Documentation**, London, v. 57, p. 218-259, 2001. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/14d9/bee9f481ddf3eae265c3471ffc14540fd35a.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BEHR, Ariel; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 32-42, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

BENDIN, Jéssica; CHAGAS, Magda Teixeira; SENA, Priscila machado Borges. Competência informacional em biblioteca escolar: ações para o desenvolvimento. **Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 363-372, set./ dez. 2015. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1105/pdf>. Acesso em 2 julho 2019.

BERTALANFFY, Ludwing Von. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BESSA, Amanda de Queiroz. **A interação entre bibliotecárias e professores de escolas públicas estaduais em Manaus, Amazonas, na biblioteca escolar**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BIBLIOTECA CAMPUS GANDIA. **Cómo trabajar las Competencias Informacionales en el aula**. València, [2017?]. Disponível em: <https://www.upv.es/contenidos/BIBGAND/infoweb/bibgand/info/alfin.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2019.

BOCKING, Stephen. Visions of nature and society: a history of the ecosystem concept. **Alternatives**. Waltham, v. 20, n. 3, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 981, de 8 de Novembro de 1890**. Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto->

981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 21 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais Curriculares**. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura; Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro e da Leitura**. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/pnll_brasil.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Leitura e política. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria B.; MACHADO, Maria Zélia Versiani (org.). **Escolarização da leitura literária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRUCE, Christine. **Seven faces of information literacy in higher education**. 1997. Disponível em: <http://www.christinebruce.com.au/informed-learning/seven-faces-of-information-literacy-in-higher-education/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BUCKLEY, Walter. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1962.

BURCH, Sally. Sociedade da informação/ Sociedade do conhecimento. *In.*: AMBROSI, Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMENTA, Daniel (coord.). **Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação**. Disponível em: <https://dcc.ufrj.br/~jonathan/compsoc/Sally%20Burch.pdf>. 7 set. 2019.

CAMPELLO, Bernadete *et al.* **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPELLO, Bernadete (comp.). **Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CAMPELLO, Bernadete Santos (Coord.). **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CAMPELLO, Bernadete; ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Competência informacional e formação do bibliotecário. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 10 n. 2, p. 178-193, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/10/pdf_15c8a166f7_0012102.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

CAMPELLO, Bernadete. **Letramento informacional: Função educativa do bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAPRA, Frijot *et al.* **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CAPRA, Frijot. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. De Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CAPRA, Frijot; LUISI, Pier Luigi. **A visão Sistêmica da Vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. Tradução Mayra Teruya Eichenberg e Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2014.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental e a formação do sujeito ecológico**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em:

Disponível em:

http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_classe_social.pdf.

Acesso em: 13 dez. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CONSELHO FERDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução nº 199, de 3 junho de 2018**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1313/1/Resolu%c3%a7%c3%a3o%20199%20Par%c3%a2metros%20para%20a%20Biblioteca%20Escolar.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2018.

CONSELHO FERDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **PROJETO MOBILIZADOR BIBLIOTECA ESCOLAR CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE INFORMAÇÃO PARA O ENSINO PÚBLICO**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/9-PROMOBILFINAL.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

CORTÊZ, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Bibliotecas Escolares**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

COSTA, Ricardo Simm; FREITAS, Henrique; ANDRIOTTI, Fernando Kuhn. Uma reflexão sobre o uso da teoria sistêmica para a compreensão do fluxo da informação nas organizações. **Revista Eletrônica GIANTI**, Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2007/2007_200_GIANTI.pdf. Acesso em: 3 dez. 2018.

COUTINHO, Katia Soares; XERXENESKY, Filipe. Biblioteca escolar no século XXI. In: MORO, Eliane Lourdes da Silva. et al. (Org.). **Biblioteca escolar: presente!** Porto Alegre: Evangraf; CRB 10, 2011. p. 177-192.

DACACHE, Fabiana Modesto. **Uma proposta de educação Ambiental usando o lixo como tema interdisciplinar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, 2004.

DAS, Lourense H. Bibliotecas escolares no século XXI: à procura de um caminho. **Newsletter RBE**, Lisboa, n. 3, out. 2008. Disponível em: http://rbe.addition.pt/news/newsletter3/bib_sec_21.pdf. Acesso em: 3 jan. 2019.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia das ciências**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DESIGN FOR CHANGE. **Criativos na Escola: o que é?**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://criativosdaescola.com.br/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

DEVALL, B.; SESSIONS, G. **Ecologia profunda: dar prioridade à natureza na nossa vida**. Águas Santas: Edições Sempre-em-Pé, 2004.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. WMF Martins Fontes: São Paulo, 2010.

DURKHEIN, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução Gilles Jean Abes. São Paulo: Edipro, 2016.

ELLWEIN, Selma Alice Ferreira. Pesquisa escolar e o enfadonho exercício de cópia: como separa o trigo do joio. IN.: SILVA, Rovilson José da; BORTOLONI, Sueli (Orgs.). **Fazeres cotidianos da biblioteca escolar**. São Paulo: Pólis, 2006. p. 76-96.

ELY, Neiva Helena. Dimensões da biblioteca escolar no ensino fundamental. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 46-53, 2003. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/405/509>. Acesso em: 2 maio 2019.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA para biblioteca escolar**. 2. ed. 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 2 maio 2018.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Manifesto IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares**. Tradução de Neusa Dias de Macedo. São Paulo. 2000. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 2 maio 2018.

FERREIRA, Armindo Ribeiro. **Biblioteca no ambiente escolar: comunicação, dinâmicas, organização e estratégias de atendimento**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2015.

FIQUER, Beatriz Teixeira. **Livros e bibliotecas brasileiras: dos padres Jesuítas à vinda da família real no Brasil**. Disponível em: <https://coletaneacaele.files.wordpress.com/2012/11/livros-e-bibliotecas-brasileiras-dos-padres-jesuitas-a-vinda-da-familia-real-ao-brasil.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Minas Gerais, v. 12, n.2, p. 145-169, 1983. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000001973>. Acesso em: 24 ago. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática libertadora**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GASQUE, K. C. G. D.; CUNHA, M. V. D. A epistemologia de John Dewey e o letramento informacional. **TransInformação, Campinas**, v. 22, n. 2, p. 139-146, maio/ ago. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jan. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (coord.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

GOEZ, Wasley Linhares de Carvalho. Competência Informacional na Sociedade da Informação: perspectivas e análise bibliométrica de modelos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Paraná, v. 14, n. 1, p. 109-125, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/3771>. Acesso em: 11 maio 2019.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. *In*: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky, (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29- 48.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt . 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011. Disponível em: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/guattari-as-tres-ecologias.pdf>. Acesso em 13 jun. 2019.

JESUS, Anderson Nildo dos Santos de.; ANDRADE; Andressa Freitas de.; FERREIRA, Rafaela Caroline.; ARAUJO, Ayala de Sousa. Desafios atuais da educação: reflexões sobre a constante busca da (re) construção da práxis pedagógica no processo de inclusão social de nossos alunos. *In*: Semana de Educação, 16.; Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 6., 2015, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2015. p. 282-291. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/SABERES%20E%20PRATICAS/DESAFIOS%20ATUAIS%20DA%20EDUCACAO%20PRAXIS%20PEDAGOGICA%20NO%20PROCESSO%20DE%20INCLUSAO%20SOCIAL%20DE%20NOSSOS%20ALUNOS.pdf> . Acesso em: 13 ago. 2019.

JMN ARQUITETURA. **Biblioteca Escolar Escolas do Futuro**. Galeria da Arquitetura. São Paulo, 2001. Disponível em: https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/jmn-arquitetura_/biblioteca-escolar-escolas-do-futuro/1308. Acesso em: 15 fev. 2019.

KIESER, Herta; FACHIM, Gleisy Regina Bóries. **Biblioteca escolar: espaço de interação entre bibliotecário-professor-aluno-informação: um relato**. 2000. Disponível em: http://www.geocities.ws/biblioestudantes/texto_28.pdf. Acesso em: 05 jun. 2017.

LANKES, R. David. **Expect More: melhores bibliotecas para um mundo complexo**. Tradução Jorge do Prado. São Paulo: FEBAB, 2016.

LANKES, R. David. **8. Plano de Ação: acredite mais**. 2016. Disponível em: <https://davidlankes.org/new-librarianship/expect-more-demanding-better-libraries-for-todays-complex-world/1-the-arab-spring-expect-the-exceptional/8-plano-de-acao-acredite-mais/>. Acesso em: 13 fev. 2019.

LIMA, Raimundo Martins. **A biblioteca nas escolas públicas municipais de Manaus: prática social a serviço da emancipação ou da barbárie?**. 2014. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2014.

LUHMANN, N. **Organización y decision: Autopiesis, acción y entendimiento comunicativo**. Barcelona: Anthropos/Universidad Iberoamericana, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/16772103/Niklas_Luhmann_Organizaci%C3%B3n_y_decisi%C3%B3n. acesso em; 12 nov. 2018.

MANIFESTO dos pioneiros da Educação Nova (1932) **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em: 2 mar. 2018.

MAROS, Cristiane; SCHMIDT, Patrícia; MACIEL, Marília Crispi de Moraes. Contribuições da educomunicação para a escola como espaço de comunicação participativa e de educação dialógica. **Poiésis**, Santa Catarina, RS, v.3, n. 5, p. 29- 45, Jan./Jun. 2010.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia; MILANI, Maria Regina. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino do município de São Carlos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 79-94, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000006103/b22f348a4101f7f894a58ab2ba9640cc>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. *In*: MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 57- 114. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/344277106/MARSHALL-T-H-Cidadania-Classe-Social-e-Status-pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

MENDONÇA, Isis Silva. **LEI 12.244**: Universalização das Bibliotecas Escolares Brasileiras. UFF, Niterói, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2750/1/MENDON%20C3%87A%2C%20Isis.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MISOCZKY, Maria Ceci A. **Da abordagem de sistemas abertos à complexidade**: algumas reflexões sobre seus limites para compreender processos de interação sócia. **Cad. EBAPE.BR**, Janeiro, v. 11, n. 3, p. 419-442, set./ nov. 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape>. Acesso em: 10.out. 2019.

MORAES, Lourdes de Souza. Bibliotecas escolares: leitura e informação para uma cidade educadora. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 22-33, out. 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/46309>. Acesso em: 27 set. 2019.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre; Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **Sociologia**: a sociologia do micro-social ao macro-planetário. Portugal: publicações Europa- América, 1984.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; MOTA, Francisca Rosaline Leite; LIMA, Raimundo Martins de.; ABATTI, Rosana Chaves. **Contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas brasileiras**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/587/3/LIVRO%20BIBLIOTECA%20ESCOLARES.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MORONI, Juliana. Epistemologia ecológica: a concepção de uma nova teoria do conhecimento proposta por Gregory Bateson. **Filogenese**, Marília, SP, v.1, n. 1, 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria de Sistemas**. In: OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria geral da administração**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2010

PARO, Vitor Henrique. **Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública**. In: PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2017. *Ebook*.

PEREIRA, Mirna Feitoza. Ecosistemas comunicacionais: uma proposta conceitual. In: MALCHER, Maria Ataíde et al. **Comunicação midiaticizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Comunidade Escola**. Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.comunidadeescola.org.br/conteudo/informacoes-sobre-o-programa-comunidade-escola/88>. Acesso em: 13 fev. 2019.

QUARTIERO, Emanoel; CAMPOS, Cirlei Oraci Dias de. Proposta de estratégia de ação para a Biblioteca Franklin Cascaes. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. especial - XXVI CBBB, p.513-527, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/2503>. Acesso em: 13 maio 2019.

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informações empresariais**: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Antônio de Lima. **Teoria da administração**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO FILHO, Antônio; CAÇULA, Mirian Elaine Fernandes. **Gestão participativa e integração escola-comunidade**. 2016. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/gestao-participativa-e-integracao-escola-comunidade/145453>). Acesso em: 25 jul. 2019.

ROCA, Gloria Durban. **A biblioteca escolar hoje**: recursos estratégicos para a escola. São Paulo: Penso, 2012.

SALA, Fabiana; MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. **Biblioteca Escolar no Brasil**: origem e legislação nacional educacional. 2017. Disponível em: educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24341_12048.pdf. Acesso em: 31 ago. 2018.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SAVANI, Demerval. **A Nova Lei da Educação**: LDB trajetórias, limites e perspectivas. 10. ed. Campinas SP: Editores Associados, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados. 1996.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2004.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da Biblioteca Escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez. 2011.

SILVA, Luiz Antônio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 219 -237, maio/ ago. 2008.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Tipos de bibliotecas**. 2015. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/tiposdebibliotecas/>. Acesso em: 13 set. 2019.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Transinformação**. Campinas, v. 2, n. 1, p. 15 – 24, jan./ abr. 1990. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/02/pdf_00ca17bd49_0014455.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.

VILAS BOAS, Rosilei. **Biblioteca escolar**: a vinda do livro ao Brasil colonial. Disponível em: http://www.aprendebrasil.com.br/falecom/articulista_imprimir.asp?codtexto=530. Acesso em: 02 set. 2018.

VIGOTSKY, L S. **La imaginación y el arte em la infância**. 3. ed. Madrid, Espanha: Akal., 1996. Disponível em: https://moodle2.unid.edu.mx/dts_cursos_md/lic/ED/DC/AM/10/La_imaginacion_y_el_arte_en_la_infancia.pdf. Acesso em: 8 set. 2019.

TARAPANOFF, Kira. Biblioteca integrada e sociedade: referencial teórico. **Ciência da Informação**, Brasília, n. 13, v.1, p. 3-9, jan./jun. 1984. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/206/206>. Acesso em: 20 maio 2019.

TERRA, Guilhermina de Melo. **Atuação do museu enquanto sistema aberto**: uma realidade possível. 2013. 372 f. Tese (Doutorado em Museologia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar.. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: Parâmetros para bibliotecas escolares: Documento complementar 1: espaço físico. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2016. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Cartilha-biblioteca-escolar.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: Parâmetros para bibliotecas escolares. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2016. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/2-MIOLO.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2019.

IV MOSTRA de bibliotecas escolares da rede estadual de educação em Itacoatiara AM. Manaus, 03 dez. 2019. Instagram: @bibliotekando. Disponível em: https://deskgram.co/p/2191112458293566377_6974243546. Acesso em: 03 dez. 2019.

GLOSSÁRIO

Auto-organização: capacidade apresentada por alguns sistemas de criar padrões de comportamentos não previsíveis, descentralizados.

Cibernética: ciência que estuda o comparativo dos sistemas e mecanismos de controle automático, regulação e comunicação nos seres vivos e nas máquinas.

Cidadania: exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país, por parte dos seus respectivos cidadãos.

Cidadão: indivíduo que, como membro de um Estado, usufrui de direitos civis e políticos por este garantidos e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos.

Cinesia: Movimento ou faculdade de se movimentar; ciência do movimento.

Comunidade: grupo de indivíduos que compartilham algo.

Consciência Coletiva: conjunto de crenças padronizadas adotadas por uma sociedade.

Ecologia: ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si ou com o meio orgânico ou inorgânico no qual vivem.

Ecosofia: conceito que aproxima atitudes ecológicas com o pensamento abstrato humano.

Ecossistemas comunicacionais:

Interatuantes: Que interagem entre si.

Inter-relação: relação entre uma coisa e outra; relação mútua.

Interdependente: Que depende umas das outro.

Método dialógico: que pretende provocar discussão, debate, diálogo.

Sistemas: conjunto de elementos interdependentes de modo a formar um todo organizado

Teoria da Informação: teoria matemática que estuda a quantificação, armazenamento e comunicação da informação.

Teoria Geral dos Sistemas: estudo da análise da natureza dos sistemas e da inter-relação entre eles em diferentes espaços, assim como a inter-relação de suas partes.